

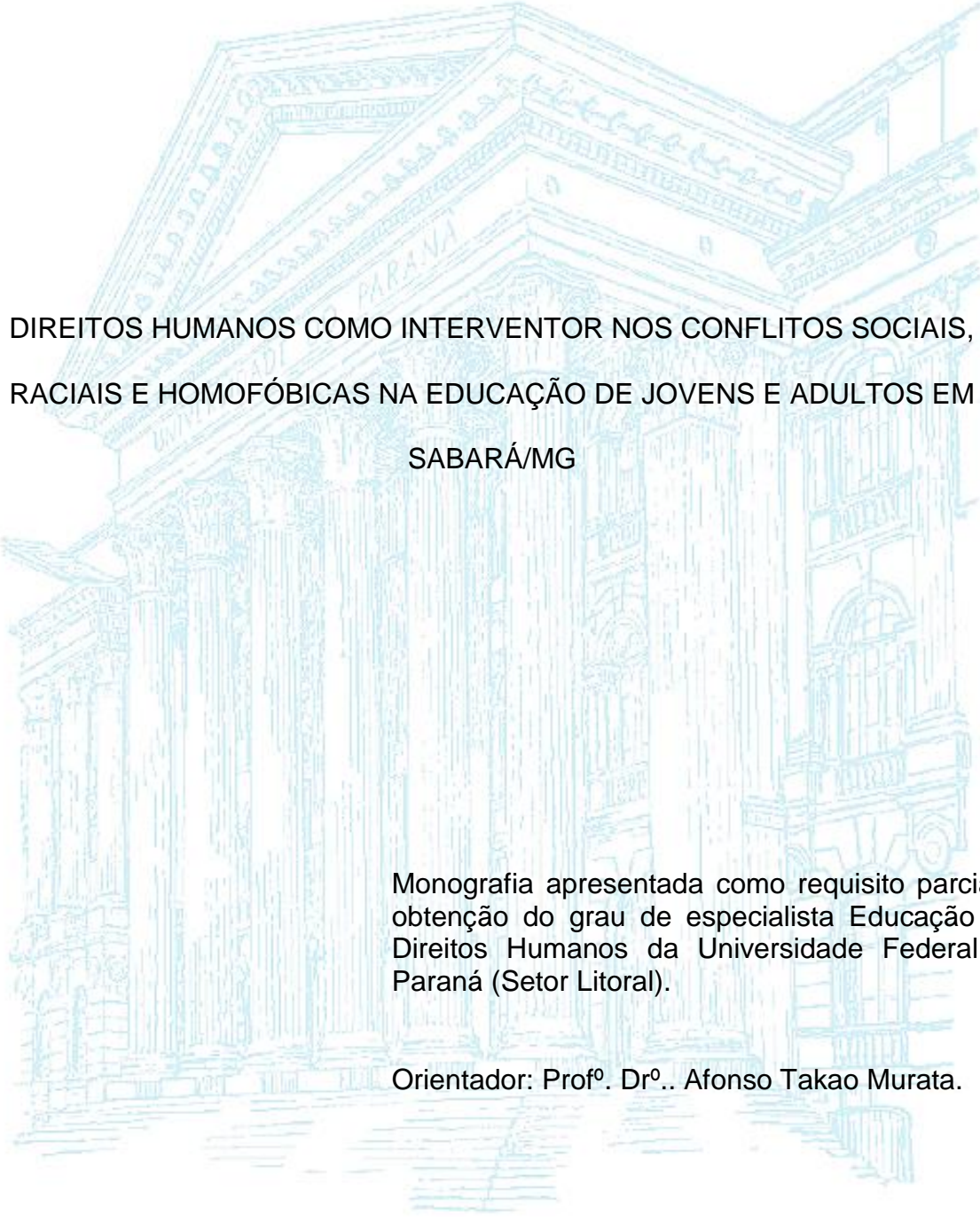
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JANE MOREIRA DE CARVALHO

DIREITOS HUMANOS COMO INTERVENTOR NOS CONFLITOS SOCIAIS,  
RACIAIS E HOMOFÓBICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM  
SABARÁ/MG

PONTAL DO PARANÁ  
MATINHOS  
2015

JANE MOREIRA DE CARVALHO



DIREITOS HUMANOS COMO INTERVENTOR NOS CONFLITOS SOCIAIS,  
RACIAIS E HOMOFÓBICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM  
SABARÁ/MG

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de especialista Educação em  
Direitos Humanos da Universidade Federal do  
Paraná (Setor Litoral).

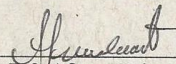
Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Afonso Takao Murata.

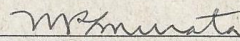
PONTAL DO PARANÁ  
MATINHOS  
2015

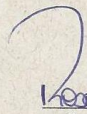
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

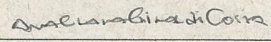
Os membros da Banca Examinadora designada pelo **Orientador** Prof. Dr. **AFONSO TAKAO MURATA** realizaram em 04/07/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **JANE MOREIRA DE CARVALHO**, sob o título “**Direitos humanos como interventor nos conflitos sociais, raciais e homofóbicas na educação de jovens e adultos sem SABARÁ/MG**”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 10 ”, conceito “ APL ”.

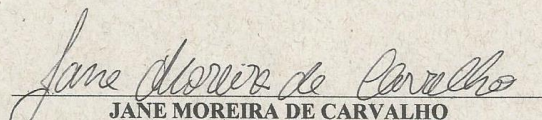
Pontal do Paraná, 04 de julho de 2015.

  
Prof. Dr. Afonso Takao Murata  
Orientadora - Professora do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos – Pólo Irati

  
Prof. Dr.ª Marília Pinto Ferreira Murata  
Professora Supervisora do Curso de  
Especialização Educação em Direitos Humanos

  
Prof. Rosane E. Barros Santana  
Tutora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos – Pólo  
Pontal do Paraná

  
Agr.ª Ana Clara Giraldo Costa  
Mestranda do programa de Pós-Graduação  
Desenvolvimento Territorial Sustentável

  
**JANE MOREIRA DE CARVALHO**  
Estudante do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos  
UFPR Setor Litoral

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

## DEDICATÓRIA

- A Deus autor e consumidor da nossa fé;
- Aos meus pais Vanderlei e Joana;
- Aos meus lindos filhos Augusto e Júnia que me inspiram através dos questionamentos a buscar mais conhecimento;
- Aguinaldo pelo cuidado com os nossos filhos;
- Meus irmãos, Vagner, Luiz, Josias e irmãs Vanessa, Virginia, Janice, cunhadas, cunhados, lindos sobrinhos e lindas sobrinhas.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o sucesso do trabalho.

## **AGRADECIMENTO**

- A Deus, razão do meu viver!
- Aos meus filhos Augusto e Júnia pelo carinho constante;
- Ao Aguinaldo pelo cuidado com os nossos filhos;
- Aos meus pais, irmãos e irmãs sempre estendendo a mão para auxiliar no cuidado com as crianças durante a minha ausência;
- Ao Professor Afonso Takao Murata, pelo empenho em nos orientar, atender as solicitações e nos auxiliar na busca de respostas enquanto alunos: “curiosos e ansiosos”.

## LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos
DH	DIREITOS HUMANOS
DUDH	Declaração Universal dos Direito dos Homens
EDDH	Educação em Direitos Humanos
EDH	Educação em Direitos Humanos
EJA	Educação de jovens e adultos
ERER	Educação das Relações Étnico Raciais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	Unidade de pronto atendimento

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de avaliar se o conhecimento e acesso aos princípios de uma Educação para e em Direitos Humanos contribui para a redução e ou erradicação dos conflitos no ambiente escolar. Para a coleta de dados foi em uma Escola Municipal de Sabará, Minas Gerais. A demanda da pesquisa surgiu após vivenciarmos constantes conflitos no cotidiano escolar como: xingamentos, discriminações devido ao pertencimento étnico racial, condição social, atitudes homofóbicas e brigas com agressões físicas. A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de questionário semiestruturado, aulas expositivas e análise de situações que ocorrem no cotidiano da escola. Os questionários foram concebidos com questões fechadas e abertas, possibilitando ao aluno externar sua opinião e posicionamento. Após os conflitos existentes e o chamamento das partes envolvidas as orientações eram realizadas, os envolvidos conduzidos ao diálogo, neste processo era realizada ponderações a partir dos direitos humanos e da cidadania enfatizando o respeito ao espaço escolar. Após a pesquisa realizada ficou evidenciado a necessidade de uma Educação para e em Direitos Humanos na escola, outra constatação foi que nem todos os direitos dos alunos são respeitados. Estas constatações são visualizadas na insatisfação dos alunos com as instalações da escola e o pela omissão, em muitos momentos, de conflitos e desrespeitos aos Direitos Humanos. Os adultos que compartilham a mesma sala de aula com os adolescentes também demonstraram grande insatisfação de não terem o direito à educação garantido. Para os adultos (acima de 25 trabalhadores, com filhos(as)) é necessário que as salas sejam de acordo com a idade e ou nível de aprendizado, possibilitando aos mesmos um aprendizado de qualidade. Os alunos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos buscam oportunidades para vencerem na área pessoal e profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflitos; Educação de Jovens e Adultos; Ambiente escolar.

## **ABSTRACT**

This research was conducted with the objective to analyze whether the knowledge and access to the principles of human rights education contributes to the reduction and or elimination of conflicts in the school environment. For data collection was in a Municipal School of Sabara, Minas Gerais. Research demand came after our experience about constant conflicts in day by day school life as name calling, racial discrimination due to ethnic belonging, social status, homophobic attitudes and fights with physical aggression. Data collection was carried out from the application of semi-structured questionnaire, lectures and analysis of situations that occur in the school routine. The questionnaires were designed with closed and open questions, allowing students to express their opinion and position. After the conflicts and the call of the parties involved the guidelines were made, those involved led to dialogue, this process was carried weights from human rights and citizenship emphasizing respect for the school environment. After the survey evidenced the need for human rights education at school, another finding was that not all the rights of students are respected. These findings are showed in the dissatisfaction of students with school facilities and the failure, in many instances, conflict and disrespect for human rights. Adults who share the same classroom with teenagers also showed great dissatisfaction of not having the education right guaranteed. For adult (over 25 working with children) it is necessary that the class is according to age. Students enrolled in the form of Youth and Adult Education seeks opportunities to overcome the personal and professional area.

**KEYWORDS:** Conflict; Youth and Adult Education; School environment.

## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO .....	10
2.DIREITOS HUMANOS.....	11
3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	13
4.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	17
5. PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR .....	19
6.ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.....	20
7.METODOLOGIA.....	21
8. INFORMAÇÕES DA ESCOLA GABRIELA LEITE ARAÚJO.....	22
9.RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
10. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
10.1.RELATO DOS PEDAGOS E PEDAGOGAS E.M.GABRIELA LEITE ARAUJO.	47
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
12. ANEXOS.....	53

## 1 INTRODUÇÃO

A educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por meio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam os processos de ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.

No Brasil temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional como:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Neste sentido, a educação é o conjunto de influências que exerce a sociedade sobre o indivíduo. Isso implica que o ser humano se educa durante toda a vida. A educação consiste, ante todo, em um fenômeno social historicamente condicionado e com um marcado caráter classista. Através da educação se garantirá a transmissão de experiências de uma geração à outra.

Segundo Lênin (apud. ICCP, 1988), a educação “é uma categoria geral e eterna, pois é parte inerente da sociedade desde seu surgimento, ela também é um elo essencial no sucessivo desenvolvimento dessa sociedade, a ponto de não conceber progresso histórico-social sem sua presença”.

Já para Martins (1990) a educação “é um processo de ação da sociedade sobre o educando, visando entregá-lo segundo seus padrões sociais, econômicos, políticos, e seus interesses”. Reconhece-se aqui a necessária preparação para a vida, já referida em outras definições e que só se logra a através

de convicções fortes e bem definidas de acordo com esses padrões. Por isso é tão importante, mas que uma definição o mais precisa possível, a caracterização deste objeto de estudo e pesquisa da Pedagogia.

Paulo Freire um dos grandes pensadores brasileiros no âmbito da Educação a define como um processo em construção de diálogo entre as experiências vividas pelo educando, sua identidade cultural, sua autonomia e capacidade de transformação do mundo em que vive.

## **2 DIREITOS HUMANOS**

A história dos Direitos Humanos no mundo é considerada por alguns estudiosos a partir dos Dez Mandamentos escritos na Bíblia Sagrada<sup>1</sup>, onde em Êxodo 20: 1-17, é apresentado um código de conduta para a sociedade relacionada aos direitos morais e éticos. As pessoas sempre cumpriram muitos deveres relacionados a qualquer organização social, no entanto, os direitos nem sempre eram pensados para as pessoas igualmente. No ano de 1215, surgiu a Carta Magna<sup>2</sup> na Inglaterra, após os barões entenderem que tinham direitos que deveriam ser respeitados pelo rei e que o mesmo deveria cumprir regras, não apenas os (Carta Magna, 1215).

A partir do século XVII alguns fatos iniciam o processo de fundamentação e balizamento para a consolidação dos Direitos Humanos vigentes na sociedade atual. O movimento para a independência dos Estados Unidos teve como precursor a Declaração de Virgínia de 1776 que foi um marco para a consolidação da independência. Os Direitos Humanos surgiu a partir de ações populares e de elites que tinham desejos de uma sociedade mais humana e igualitária (Declaração de direitos de Virgínia, 1776).

A Declaração da Independência dos Estados Unidos, também de 1776 e posteriormente a Declaração do Homem e do Cidadão da França, de 1789, são

---

<sup>1</sup> Bíblia Sagrada - é o conjunto de livros do Antigo e do Novo Testamento que contém as doutrinas que orientam o comportamento dos cristãos. A Bíblia tem um valor sagrado para o Cristianismo, em que a interpretação religiosa do motivo da existência do homem na Terra sob a perspectiva judaica é narrada por humanos.

<sup>2</sup> Carta Magna - foi um documento de 1215 que limitou o poder dos monarcas da Inglaterra, especialmente o do rei João, que o assinou, impedindo assim o exercício do poder absoluto.

considerados importantes marcos para se pensar a concepção moderna dos Direitos (Declaração dos Direitos dos homens e dos cidadãos, 1789).

A Declaração de Direito dos Homens deu início a uma nova era, em que se assumia a promoção dos direitos humanos como interesse da comunidade internacional. A Assembleia Geral das Nações Unidas, ao produzir a Declaração, fez mais do que recomendações aos Estados. Ela estabeleceu as bases de um novo ramo do Direito Internacional, que se iria expandir incessantemente. Apesar da Declaração não possuir efeito de obrigação jurídica, pela primeira vez na história foram estabelecidos internacionalmente os direitos humanos, antes previstos apenas em declarações nacionais de alguns países e referidos de maneira ainda vaga, sem explicitação de conteúdo, na Carta das Nações Unidas de 1941.

Na Declaração de Virgínia, entre outras questões, são proclamados os direitos à vida, à propriedade, à liberdade de imprensa, à liberdade religiosa etc.; na Declaração da Independência dos Estados Unidos há um forte apelo à limitação do Estado; e na Declaração do Homem e do Cidadão da França percebe-se que há, em seus dezessete artigos, um conjunto de garantias individuais liberais que permanecem nas declarações mais recentes, tais como a garantia de propriedade e de igualdade perante a lei.

(PFEIFER; ADAMS, 2014, p.12)

Nos dias atuais há novos conceitos e concepções relacionadas aos Direitos Humanos. A sociedade não é estagnada e os processos de globalização, tecnologia e mudanças políticas geram demandas que necessitarão de respostas referentes, aos DH. A demanda do século XXI é por respeito à cidadania, ao direito de votar, liberdade de expor opiniões, protestar, reivindicar, direito a terra, direito dos povos, direito à organização sindical, dentre outros.

Os direitos humanos no Brasil ainda estão em fase de implantação, desde a década de 50 diversas ações estão sendo feitas a fim de que se efetive a implantação dos direitos humanos, dentre estas ações estão a aprovação da Convenção de Genebra, a assinatura da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, a assinatura do Pacto de San José da Costa Rica em 1992 e os textos da nova constituição de 1988.

Na constituição de 1988 há alguns artigos que possuem itens afins com a Declaração Universal de Direitos Humanos, dentre eles:

O artigo 1º que declara o país como um Estado Democrático de Direitos e que tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana, o artigo 5º que define que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, igualdade, segurança e propriedade (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 também é um marco no processo de se fazer valer os direitos humanos da criança e do adolescente desde o direito à vida, garantido pela Constituição Federal, até o direito de possuir uma família, estudo e lazer.

As organizações sociais como Movimento Negro, MST, Sindicatos e Associações de bairros tem reivindicado mais seus direitos e ao fazerem estas reivindicações de direito à moradia digna, educação, empregabilidade e à saúde, estão fomentando a implantação dos Direitos Humanos no país.

O Brasil continua sendo um país violentamente desigual e para que os Direitos humanos tenham efetividade no país é necessário trabalhar para que as políticas públicas atendam às necessidades existentes, colaborando na diminuição da desigualdade social e racial ainda atingem índices alarmantes, os dirigentes do país precisam atentar para que os Direitos Humanos sejam respeitados de fato, contribuindo para a construção de um país mais humano e igualitário.

### **3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A Educação em Direitos Humanos no Brasil é regulamentada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos lançado em 2003. Os órgãos gestores do plano são o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. De acordo como o PNEH, “educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos” (BRASIL,2003).

No entanto, os diálogos para uma Educação em Direitos Humanos na sociedade brasileira começaram em 1985. De acordo com Nilmário Miranda<sup>3</sup>, o

---

<sup>3</sup> Nilmário Miranda é graduado em jornalismo pela UFMG é o atual Secretário de Estado de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social de Minas Gerais. Foi um dos idealizadores do Plano

marco inicial foi um convite feito pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos<sup>4</sup> a algumas instituições brasileiras para participarem de um evento na Costa Rica (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 1985).

O segundo marco foi à ida de um grupo de brasileiros à II Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena em 1993. Ao retornarem, a equipe brasileira que participou da conferência estabelece um grupo de trabalho (GT), e criam uma agenda por Direitos Humanos no Brasil. Eles criam um trabalho sistemático para implantação dos direitos humanos em diversos segmentos da sociedade, sistema prisional, educação, mulher dentre outros. ([dhnet.org.br](http://dhnet.org.br))

Em 1994 foi criada uma Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos sem a participação do estado. A criação da rede foi uma iniciativa da sociedade civil, sendo Margarida Genevois<sup>5</sup>, que em 1997 promoveu o I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos e da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. O evento foi organizado por políticas de ações integradas, ONGs sem a participação do estado, até então não se tratava de uma política pública. ([dhnet.org.br](http://dhnet.org.br))

A necessidade de uma educação em direitos humanos no Brasil se efetiva pela diversidade social, econômica, cultural e racial característica do nosso país. Neste contexto há uma diversidade de grupos étnicos raciais, diversidade sócio econômica, diversidade de crenças e religiões de acesso à educação e aos bens e serviços.

No ambiente escolar todas as diferenças acima citadas são expostas. As violações dos direitos dos educandos também são explicitadas, desde ocorrências constantes de falta de professores devido à falta compromisso do estado na contratação e valorização destes profissionais, acessibilidade aos prédios, ambiente adequado das salas de aula, ofensas e desinteligências entre os alunos e a

---

Nacional de Educação em Direitos Humanos, sendo uma das principais referências nacionais na causa dos direitos humanos no Brasil.

<sup>4</sup> O Instituto Interamericano de Direitos Humanos foi criado em 1980 através de um acordo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Costa Rica. É uma entidade internacional, autônoma, acadêmica, dedicada a educação, investigação e promoção dos direitos humanos.

<sup>5</sup> Margarida Genevois - Margarida Bulhões Pedreira Genevois - Três vezes presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo durante 25 ANOS, E 1994 fundou e presidiu a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. É uma das fundadoras da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e participou do Conselho Nacional de Direitos Humanos da Mulher por diversas vezes. Atualmente integra o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Em 2014 foi ganhadora do 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos fornecido pela Prefeitura de São Paulo.

comunidade escolar. As respostas a estas violações dos direitos na educação são pontuadas no Plano Nacional de Educação.

Dentre os objetivos gerais do PNDH(BRASIL,2003). podemos citar os itens:

- a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEHDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);

A Educação em Direitos Humanos de acordo com os textos estudados e analisados ao longo do curso de Especialização em Direitos Humanos na Educação tem sua importância definida como:

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é, na atualidade, um dos mais importantes instrumentos dentro das formas de combate às violações de direitos humanos, já que educa na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos (TAVARES, 2007, p.487).

Já para Abraham MAGENDZO:

Pensar na interdisciplinaridade e nas múltiplas dimensões da EDH Significa assegurar que os conteúdos relacionados aos direitos humanos estejam presentes tanto no currículo manifesto – planos, programas e textos de estudos – como no currículo oculto (MAGENDZO,2006,p.35).

Neste sentido, Celma Tavares afirma que: “isso significa que, além do interesse pelos objetivos e conteúdo das distintas áreas do aprendizado, também existe a preocupação de que a EDH esteja presente em todos os níveis da prática pedagógica” (TAVARES, 2007, p. 499).

Moacir Gadotti afirma que:

A educação se constitui num espaço político-pedagógico e de liberdade onde os homens preocupados em se situar podem lutar por uma existência mais autêntica e uma sociedade mais justa. Existe uma luta no interior da educação e do sistema escolar entre a necessidade de transmissão de uma cultura existente (ciência, valor, ideologia) que é a tarefa conservadora da educação e a necessidade de criação de uma nova cultura que é a tarefa revolucionária da educação. (GADOTTI, ibid.,p.21).

Portanto, a educação em direitos humanos demanda uma reflexão sobre o processo educativo numa perspectiva crítico-social, envolvendo nessa análise, princípios que norteiam essa proposta distinta de educação, com seus respectivos objetivos, sua relação com a cultura e o cotidiano, o projeto de sociedade com a qual está vinculada, a relação entre o método e a prática. Como

Os estudos e as discussões sobre direitos humanos são importantes na medida em que contribuem para afastar obstáculos à sua efetivação ou para estimular sua defesa, o que só acontece quando, além do interesse teórico, há um efetivo compromisso com a prática. (DALLARI, 1998) .

Portanto, uma prática essencialmente política e comprometida com a promoção, a proteção e a defesa dos direitos individuais, coletivos de toda a humanidade.

No Brasil já se encontram ratificados e em pleno vigor praticamente todos os tratados internacionais significativos sobre Direitos Humanos na Educação pertencentes ao sistema global, podemos citar Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), Conferência Mundial de Direitos Humanos Declaração e Programa de Viena (1993), Plano Mundial de Ação para a Educação em prol dos Direitos Humanos e da Democracia (1993), Assembleia Geral - ONU (1994), Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos (1997), Década da Educação em Direitos Humanos (de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004), UNESCO define o ano de 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz.

Neste contexto, há no país leis e planos que balizam a Educação em Direitos Humanos e para Direitos Humanos a partir da Constituição de 1988, Parâmetros Curriculares da Educação, Programa Nacional de Direitos Humanos I e II e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Desta forma, a construção de uma cultura dos Direitos Humanos é de especial importância em todos os espaços sociais. A escola tem um papel único na construção dessa cultura, contribuindo na formação do sujeito de direito, mentalidade e identidade individual e coletiva. Procurando um constante empenho por um ambiente escolar pautado na Educação em Direitos Humanos que vislumbre uma comunidade escolar que respeite a diversidade sociocultural, exercitando e estimulando convivências e relações de solidariedade. Com isso colaborando na formação de cidadãos conscientes de que temos deveres a cumprir, e direitos a

serem respeitados. Busca por uma identidade de um povo na pluralidade de suas etnias e culturas, como é a formação do povo brasileiro.

#### **4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país de acordo com a Lei 9.394/96, “é uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente”. A educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. (BRASIL, 1996)

No Brasil a Educação de Jovens e Adultos iniciou-se no período colonial (SOARES e GALVÃO, 2004), para os autores citados, paralela à catequese das crianças indígenas os índios adultos também eram alfabetizados. Em 1830 há relato de pessoas da sociedade civil que se mobilizavam para alfabetizar colegas de profissão e outros adultos, dentre eles há o senhor Isidoro de Santa Clara em Pernambuco. Na década de 30 surge um movimento para se alfabetizar o país, uma vez que tem 80% da população analfabeta. As tentativas não alcançam bons resultados, pois a participação do governo é aquém do necessário para a efetivação do supletivo.

Somente com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 71 a Educação de Jovens e Adultos é regulamentado no país, embora, ainda não fosse assim denominada(EJA). Anterior a LDB/71, em 1968 foi criado o MOBRAL, atendendo as orientações da UNESCO para alfabetização do país, e foi extinto em 1985, sendo substituído pelo Programa Fundação Educar, que também foi extinto em 1990.

Em 1997 é criado o Programa Alfabetização Solidária parceria entre o MEC, governo dos estados, prefeituras, universidades e empresas privadas. Em 2004 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado. No ano de 2007 o Programa Brasil Alfabetizado foi revisto, sendo reestruturado a partir de instituições públicas municipais e estaduais que é o formato atual. A grande população da EJA está concentrada em escolas públicas municipais e estaduais.

O educador Paulo Freire<sup>6</sup> (1921-1997) foi um dos grandes investidores em Educação de Jovens e Adultos no Brasil e em diversos países. Na década de 60, Paulo Freire criou um método de alfabetização construído juntamente com o aluno, contextualizando a história de vida do mesmo. O método consiste em pensar a educação e todo o seu contexto social, cultural e analisar o ensinar-aprender a ler e escrever de um jeito mais humano. O aluno deve ser ensinado a “ler o mundo”, para poder transformá-lo.

A Educação de Jovens e Adultos se destina a um público, caracterizado, em sua maioria, por trabalhadores de vários setores, sem emprego fixo, alguns possuem atividades informais como vendas de produtos de revistas, lavadores de carro, serviços domésticos, babás, cuidador de idosos, prestadores de serviços diversos, cuja renda mensal é menor que um salário mínimo; e adolescentes em situação de risco, adolescentes que cumprem medida socioeducativa e idosos, acima de 65 anos. Os alunos da EJA em sua maioria são pessoas que interromperam os estudos e ou não tiveram acesso ao mesmo na idade/série ideal.

A educação de jovens e adultos (EJA), nova designação do ensino supletivo, caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e no mundo do trabalho. É uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura, enquanto a sua metodologia, duração e própria estrutura como afirma Lima (2006).

No cenário mundial a EJA tem sido citada, incentivada e orientada com o intuito de que as pessoas tenham acesso ao ensino, gratuito de qualidade, dentro de suas especificidades e realidades. São realizadas Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA's) em algumas cidades do mundo, com a participação de diversos países com compromissos de uma escola para todos. A I CONFINTEA ocorreu na Dinamarca (1949), II CONFINTEA em Montreal-Canadá (1960), III IV CONFINTEA na França (1985), V CONFINTEA em Hamburgo-Alemanha (1997), VI CONFINTEA Belém-Brasil (2009).

---

<sup>6</sup> Paulo Freire – Paulo Reglus Neves Freire pedagogo e filósofo. É considerado o Patrono da Educação Brasileira. Criador de um método de alfabetização de adultos em 45 dias. Autor dos livros *Pedagogia da Esperança* (1992) e *À Sombra desta Mangueira* (1995). Lecionou na Universidade de Harvard. Foi perseguido pela ditadura militar, viveu no exílio por 16 anos.

“A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça”.

(Declaração de Hamburgo sobre a EJA)

Analisando o percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos percebe-se que esta modalidade sempre esteve, de certa forma, em segundo plano diante de outros níveis de ensino. No entanto, com as novas tendências de mercado capitalista e a necessidade crescente de qualificação profissional, essa modalidade vem ganhando ênfase e várias alternativas têm sido propostas para a EJA.

## **5 PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

A escola não é um espaço aberto às queixas dos alunos que são vítimas do bullying, da discriminação racial e da violência física. Olweus (1993) faz uma definição abrangente para o bullying (no Brasil vitimização entre pares), desde a violência psicológica, física, verbal, a continuidade das agressões e a imposição de uma pessoa mais “forte” sobre uma considerada mais “fraca” ou passiva. A não intervenção da escola contribuiu para a perpetuação dos conflitos raciais.

A pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, (MALTA, 2010), informa que mais de 60% dos alunos afirmam estarem envolvidos na vitimização entre pares, como agressores ou vítimas. Estes dados comprovam as diversas situações de violência na ambiente escolar.

Os textos retratam as diversas “desigualdades” que ocorrem na sociedade e especificamente no ambiente escolar. Desde os primeiros acessos dos educandos negros e pardos às escolas, a discriminação se faz presente, seja pelo espaço físico, ou pelos profissionais que atendem aos estabelecimentos, pelos colegas de classe e a própria instituição. O racismo e os preconceitos em geral não são os únicos responsáveis pelo processo social de discriminação enraizado no Brasil, mas é um dos mais danosos ao educando. Na Educação de

jovens e adultos o processo de discriminação tem sido o mesmo. Os xingamentos referentes à cor da pele “macaco”, “de noite” “azulão”, “negra do cabelo duro”, “tição”, “carvão” são ouvidos com uma certa frequência.

Os dados apresentados nas pesquisas contribuem para que a escola possa rever sua atuação e prática na busca de uma escola mais igualitária e humanizada, na qual os indivíduos se sintam inseridos e participantes do processo para que se torne real uma educação para todos.

O conhecimento das diversas “faces” do preconceito racial, de gênero e social, possibilita à escola uma tomada de decisão coletiva para se combater a perpetuação do distanciamento entre os grupos negros, pardos e brancos.

## **6 ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

O texto "Eixos de desigualdades: gênero, raça e diversidade sexual" de Kátia Cristina Dias da Costa e Tânia Aparecida Lopes", traz uma reflexão referente à orientação sexual e o espaço escolar. Como se estabelecem as relações entre os pares e entre os alunos e professores. Para cada educando espera-se uma reação pré-estabelecida socialmente. Um padrão de comportamento para meninos e um outro padrão de comportamento para meninas. No entanto, para aqueles ou aquelas que fogem à regra normativa do jeito de ser “menino” e do jeito de “ser menina”, não há conduta estabelecida. Ou eles e elas se enquadram nos padrões sociais, ou ficarão à margem do sistema. São apelidados com mais frequência e sofrem a exclusão pelos pares das atividades educacionais. Os apelidos mais frequentes são: “bichinha”, “veadinho”, “gay”, “marida tromba-homem” e “sapatão”.

A escola é um espaço “formatado” para meninos e meninas, segundo Guacira Louro (1997 p.58). O aluno que possui uma identidade de gênero diferente das estabelecidas socialmente é condenado ao fracasso escolar, isolamento em sala, recreio, e trabalhos em grupo.

O ambiente escolar reproduz o modelo de sociedade machista, de que há um “jeito de ser homem” e um “jeito de ser mulher”, meninas brincam de bonecas e jogam queimada, os homens jogam futebol e não precisam ser disciplinados e

ou estudiosos como as meninas. A escola perpetua as brincadeiras, atitudes e posicionamento do menino e da menina. Não se pode “assentar igual macho”, e nem mesmo “brincar igual mulherzinha”, delimitando os espaços das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Este comportamento “agressivo” foi presenciado no ambiente da EJA da Escola Municipal Gabriela Leite Araújo, quando alunos adultos se recusam a fazer atividades em grupo com uma pessoa que tem uma orientação sexual diferente do padrão normativo (alunos entre 35 e 50 anos). Quando alunos xingam pelos corredores e pátio alunos que não são se apresentam com trajes e comportamentos heteros sexuais estabelecidos.

## **7 METODOLOGIA**

A pesquisa foi conduzida em uma Escola Municipal de Sabará, Minas Gerais. O município está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo uma das cidades mais antiga do estado. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2014, sua população estimada era de 133.528 habitantes sendo a vigésima posição entre as cidades de Minas Gerais. Detém o 48º Produto Interno Bruto (PIB) do estado e 370º do país. A principal atividade econômica do município é a siderurgia.

Para realização deste trabalho utilizou-se a pesquisa quantitativa e técnica de entrevista estruturada com perguntas fechadas e abertas (ANEXO 01 e 02). Todas as entrevistas foram concedidas mediante a assinatura de termo de Consentimento esclarecido (ANEXO 03), de forma que foi assegurado a todo o entrevistado o sigilo da sua identidade. Nesta fase as entrevistas foram direcionadas aos (08) Professores da EJA, uma Pedagoga à Diretora, a Vice-diretora e aos (58) alunos frequentes da instituição de ensino.

A presente pesquisa classifica-se como “Pesquisa Aplicada”, visto que objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, apresentando-se também como exploratória/ explicativa.

É exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que tiveram

experiências práticas com o problema pesquisado; e explicativa, pois visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno.

## 8 INFORMAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL GABRIELA LEITE ARAÚJO

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, em Sabará – MG. A escola possui da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Funciona nos três turnos, sendo o primeiro turno composto por 401 alunos, segundo turno 370 alunos e no terceiro turno, modalidade EJA, 249 alunos, total de 1.020 alunos matriculados. A escola funciona desde 1988, sendo emancipada em 1992 e recebendo o nome de Gabriela Leite Araújo, em homenagem à mãe do ex-arcebispo metropolitano a época Dom Helder de Araújo.

<b>Etapas de Ensino</b>	Educação de Jovens e Adultos	Supletivo
		Ensino Fundamental - Supletivo
	Ensino fundamental	Ensino Fundamental Educação Infantil
<b>Infraestrutura</b>	Básica	Água filtrada
		Água da rede pública
		Energia da rede pública
		Esgoto da rede pública
		Lixo destinado à coleta periódica
		Acesso à Internet Banda larga
	Dependências	29 de 32 salas de aulas utilizadas
		Salas: de diretoria; de professores; de recursos; multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); de secretaria.
		Laboratório de informática e Ciências
		Quadra de esportes coberta
		Banheiros
		Biblioteca
		Cozinha; Refeitório e despensa
		Pátio coberto
Área verde		
<b>Equipamentos</b>	Multimeios	TV; Videocassete; DVD; Copiadora; Retroprojetor; Impressora; Aparelho de som; Projetor multimídia (datashow); Fax; Câmera fotográfica/filmadora
	Computadores e Internet:	Há uma sala denominada "Proinfo" na qual os alunos têm acesso a informática para pesquisa e lazer fora do horário de aula. Os

		professores também utilizam a sala com os alunos para promover o estudo aliado a tecnologia. Computadores para uso dos alunos: 4; Computadores para uso administrativo: 6.
<b>Atividade complementar:</b>		Apoio Escolar Em Letramento E Alfabetização
		Apoio Escolar Em Matemática
		Jornal Escolar
		Colégios Com Rádio Escolar
		Colégios Com Educação Ambiental
		Colégios Com Jogos Não Estruturados E Recreação
		Colégios Com Laboratórios, Feiras E Projetos Científicos
		Educação Patrimonial
<b>Alimentação:</b>		Alimentação é fornecida aos alunos em todos os turnos incluídos a EJA
		A escola possui água filtrada
<b>Acessibilidade:</b>	As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?	Não
	A escola é acessível aos portadores de deficiência?	Não
	Os sanitários são acessíveis aos portadores de deficiência?	Não
<b>Outras Informações</b>	Número de Funcionários da Escola	105
	A escola possui organização por ciclos	Sim

A escola encontra-se em atividade, está Localizada na Zona Urbana, ocupando dependência administrativa Municipal e seu funcionamento está Regulamentada/Autorizada no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação. Oferta Educação Indígena e possui Transporte Escolar público.



**FIGURA 01** – Fachada da escola.

A escola Gabriela Leite Araújo está localizada na parte principal do bairro e possui uma praça bem em frente a mesma, conhecida como “Praça do Povo” é a maior escola da Educação Infantil à Educação de Jovens e adultos do bairro e de Sabará. A escola é o ponto de apoio para as ações realizadas na praça como: Rua do Lazer, Campanha de combate à dengue, Carnaval, Festas Juninas e Cultos. O último evento realizado foi o “Balcão de Direitos” (cartaz anexo) com diversos serviços para a população como: Cadastro e recadastramento do Bolsa Família, Cadastro do Banco Travessia, Declaração de Isenção de CPF e CI dentre outros.



**FIGURA 02** – Refeitório.

O refeitório da escola é pequeno para o número de alunos que atende, no período da manhã que é o mais cheio e diversificado, alunos da Educação Infantil ao 9º/9º as quatro mesas e oito bancos não são suficientes para os cerca de 5000 alunos do 1º turno. No turno da noite também deixa vários alunos em pé ou aguardando para serem servidos. Uma estrutura que desrespeita o direito dos alunos de serem tratados com dignidade.



**FIGURA 03** – Corredores entre as salas.

A escola possui diversos corredores ligando um prédio ao outro, uma reclamação dos alunos de que são apertados, algumas salas possuem janelas para dois corredores o que segundo os mesmos fazem com que não tenha ventilação e iluminação, a estrutura apertada da escola é uma falta de respeito à dignidade de se estudar em estruturas adequadas com liberdade de circulação.



**FIGURA 04** – Banheiro feminino.

As imagens do banheiro feminino demonstram o descaso com o patrimônio público e o desrespeito com os direitos humanos os espaço escolar. Demonstra a

falta de pertencimento por parte dos alunos que não se veem enquanto cidadãos de direitos e deveres de zelar por uma escola de qualidade. As pichações e depredações estão por todo o banheiro que não possuem trinco nas portas, as descargas estão quebradas e as lixeiras são constantemente danificadas.

## **9 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa ocorreu simultaneamente com as intervenções referentes aos conflitos existentes como preconceitos raciais e homofóbicos. A pesquisadora realizou algumas “rodas de conversa em sala para tratar do Direitos a educação por todos”, com o objetivo de despertar nos jovens sentimentos e opiniões capazes de proporcionar uma discussão sobre as diferenças entre: e a necessidade de serem repetidas, além de levá-los à reflexão acerca da escola que faz parte da realidade da escola.

As rodas eram produtivas, mas tumultuadas, já que o assunto despertava a necessidade das pessoas falarem e se exporem, no entanto devido o fato de ser um grupo heterogêneo, os trabalhos passaram a ser individualizados.

Nos encontros individuais foi entregue um questionário (anexo), com perguntas como: nome, série, idade, etc. Os encontros foram importantes para a continuidade da pesquisa, pois são comuns situações de conflito descritas pelos jovens.

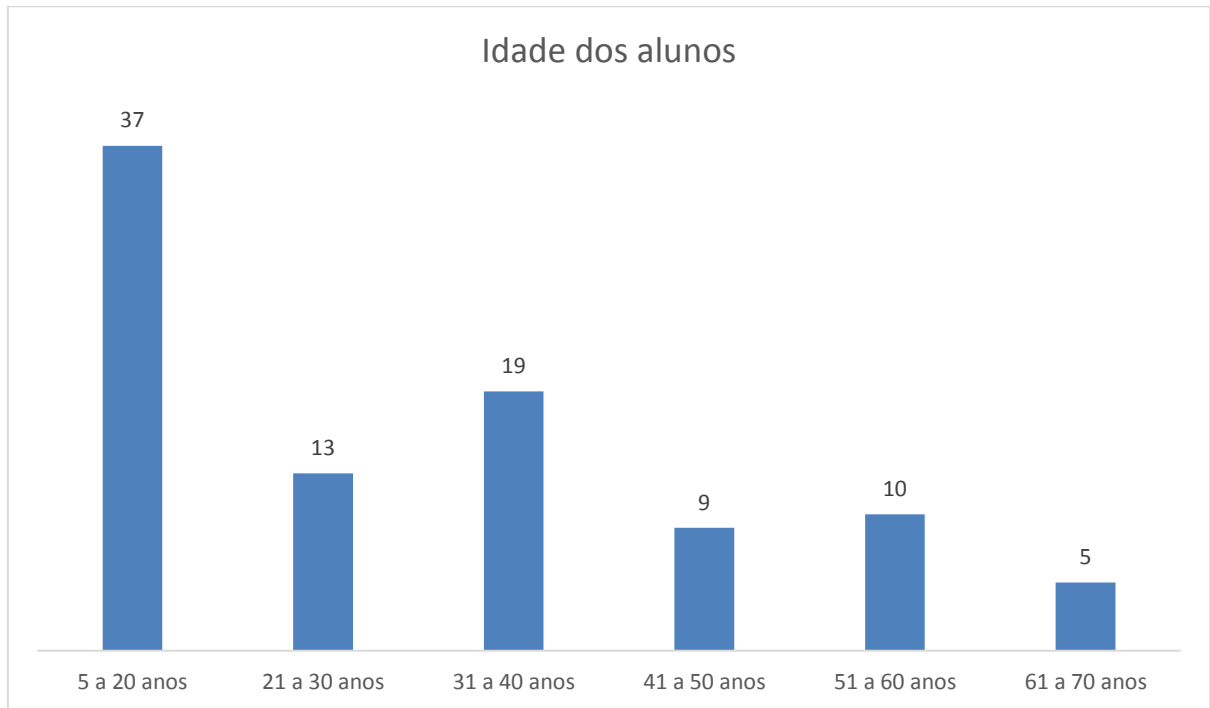
Neste contexto, sempre voltava a tona a questão: por que a escola agia daquele jeito e por que os alunos respondiam de maneira tão ameaçadora aos professores e colegas?

Foi traçado um cronograma de entrevistas para os dois meses de pesquisa. Conversamos com a diretora da escola, vice-diretora e pedagogos dos três turnos, um apanhado e visão de cada grupo, e professores.

Ao realizarmos as entrevista, foi possível registrar depoimentos de alunos que foram agredidos verbalmente e ou presenciaram situações semelhantes no contexto de sala de aula, pátio e ou quadras, demonstrando a violação dos direitos no contexto escolar.

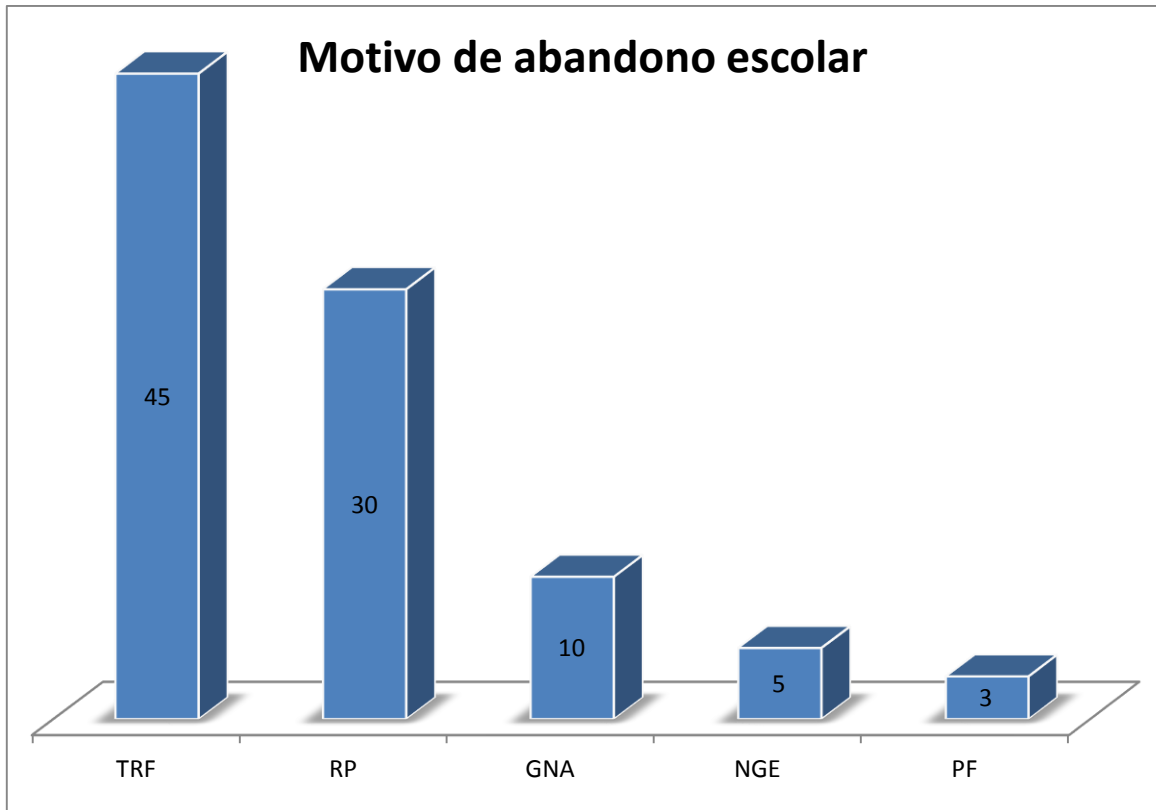
Estes fatos podem ser visualizados nos depoimentos obtidos nos questionários aplicados.

### Caracterização

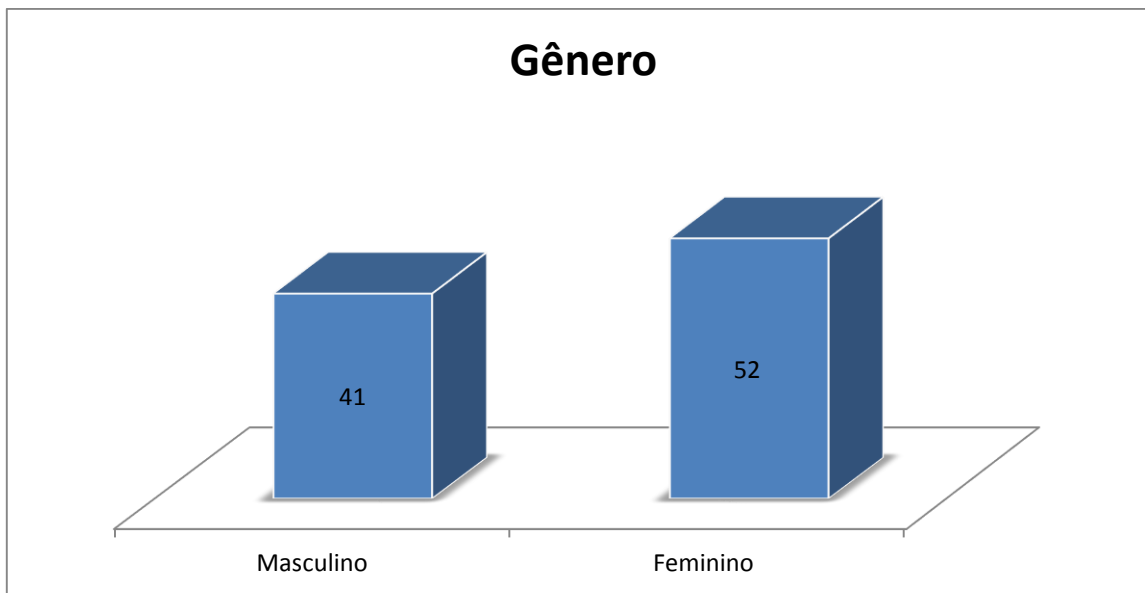


**GRAFICO – 01** A faixa etária dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da E.M. Gabriela Leite Araújo – Sabará/MG.

Os alunos pesquisados têm entre 15 a 67 anos de idade e frequentam a EJA (Educação de Jovens e Adultos). O grupo é heterogêneo, pois apresenta senhoras e senhores de 57, 60, 67 anos, avós, pais de família e adolescentes de 15, 16, 17 anos, alguns cumprem medida sócio educativa, ou estão em Liberdade Assistida, todos convivem no mesmo espaço de sala de aula, de acordo com a série a ser cursada.



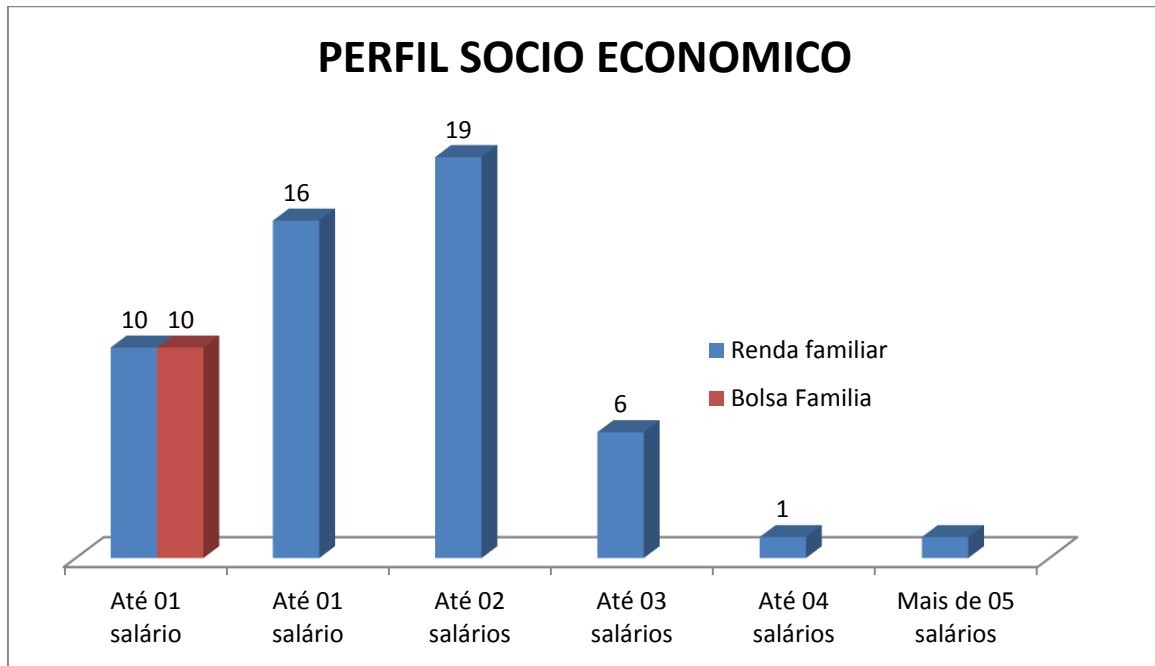
**GRAFICO – 02** - Legenda - TRF – Trabalhar para ajudar família, RP – Reprovações, GNA – Gravidez na adolescência, NGE – Não gostava de estudar, PF – Problemas familiares.



**GRAFICO – 03** – Gênero dos alunos pesquisados.

Quanto ao gênero sexual dos alunos pesquisados, pode-se perceber que no ensino fundamental homens e mulheres apresentam-se em uma proporção muito aproximada (Gráfico 01). No entanto no decorrer dos meses as mulheres persistem

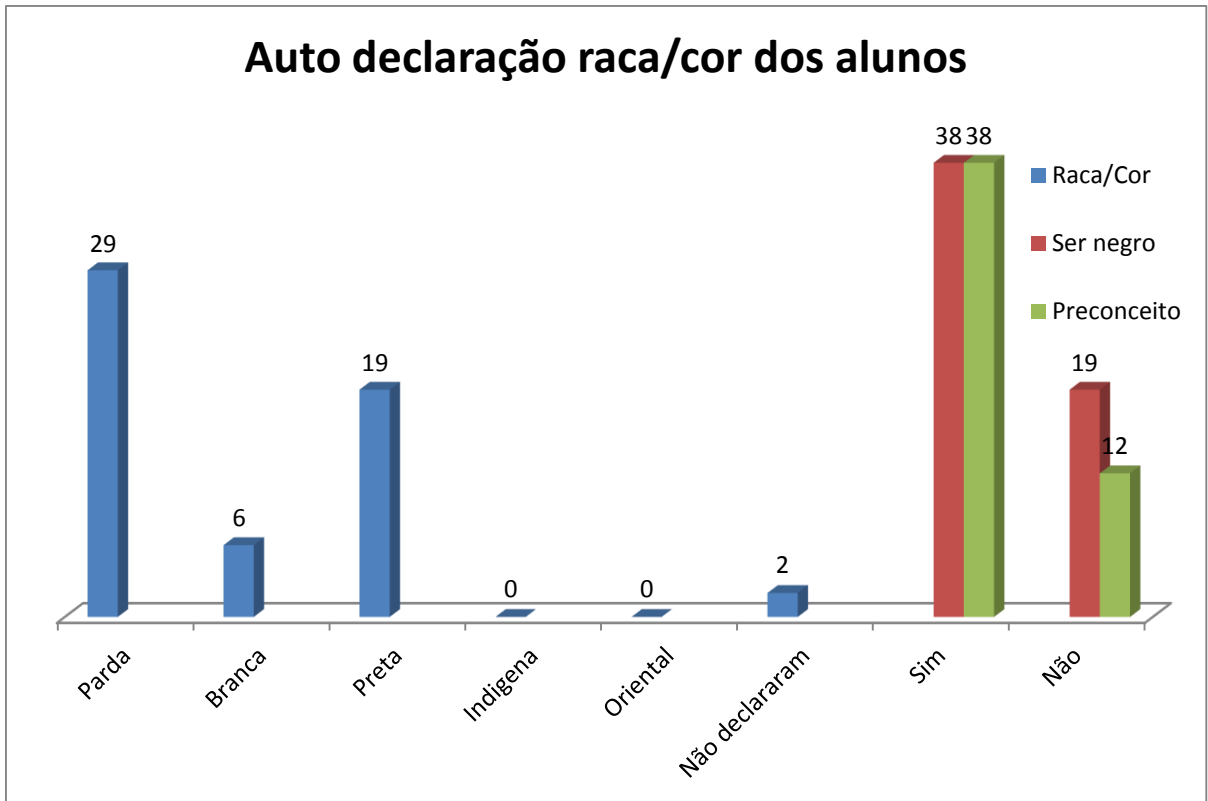
por mais tempo no âmbito educacional, faltam menos e o índice de abandono também é menor. Pode-se atribuir este fato à fadiga masculina que ocorre devido à ocupação de cargos e/ou serviços braçais que ocorre na maioria dos casos, dificultando a disposição em permanecer em sala de aula no fim do dia. Quanto aos adolescentes os homens, faltam mais e o índice também é maior.



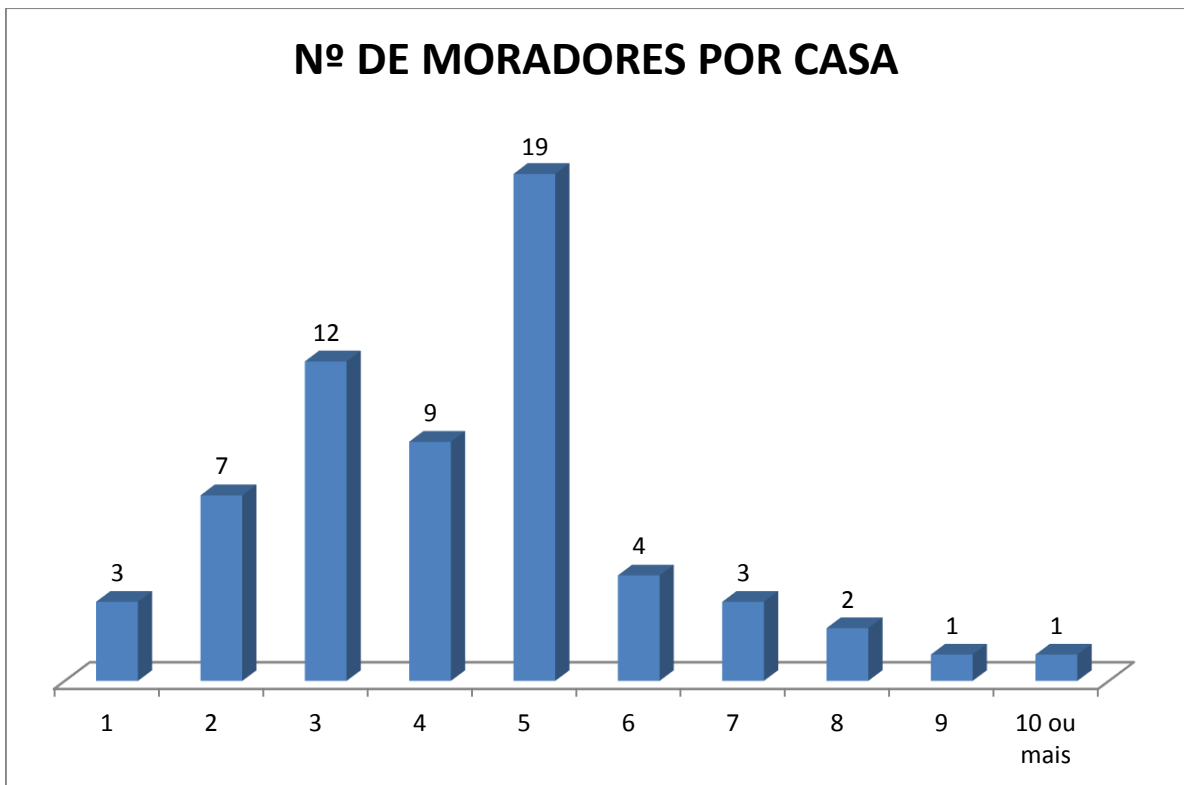
**GRAFICO – 04** - A renda das famílias da Educação de Jovens e Adultos da E.M. Gabriela Leite Araújo – Sabará/MG.

Quanto à faixa de renda per capita dos entrevistados, constatou-se que ela gira em torno de 1 e 3 salários (Gráfico 2), o que os caracteriza como indivíduos de baixa renda, visto que a grande maioria possui filhos, principalmente as mulheres e adolescentes. Brasil (2006) classifica estes alunos como pessoas de baixa renda e que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência, como água, luz e alimentação.

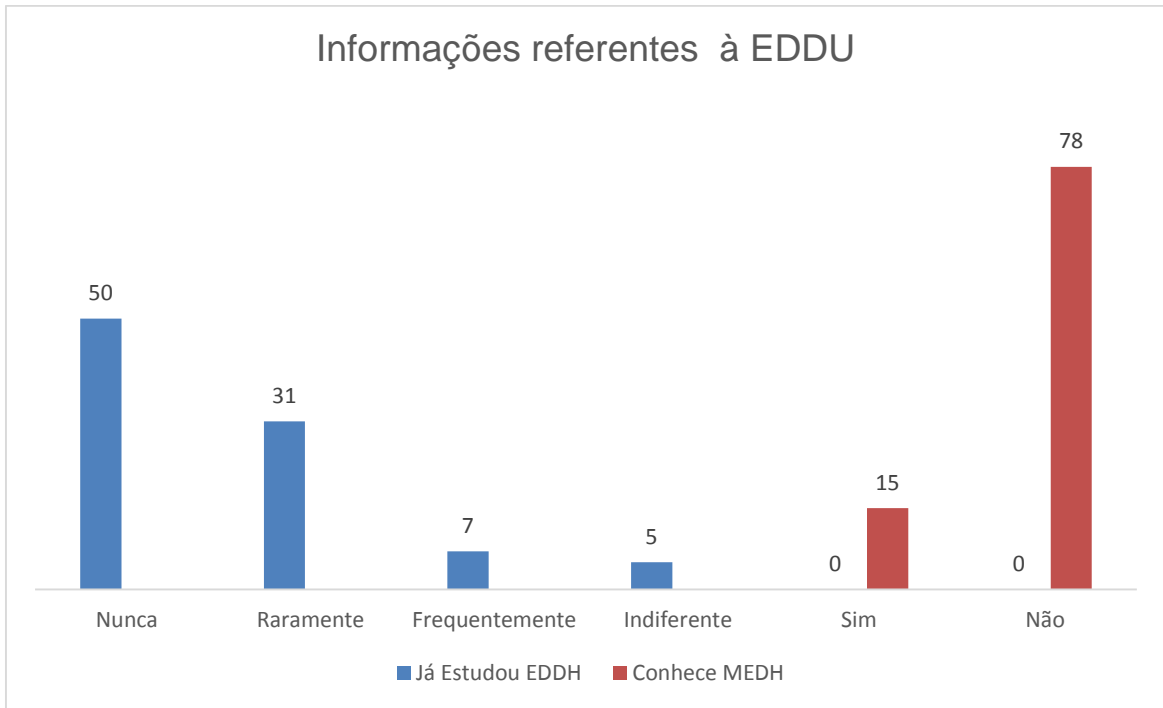
Um dado interessante evidenciado no gráfico 02 revela que embora os entrevistados relatem ganhar entre 1 e 3 salários, classificando-se como indivíduos de baixa renda, estes, na maioria dos casos, não participam de programas de ajuda do governo.



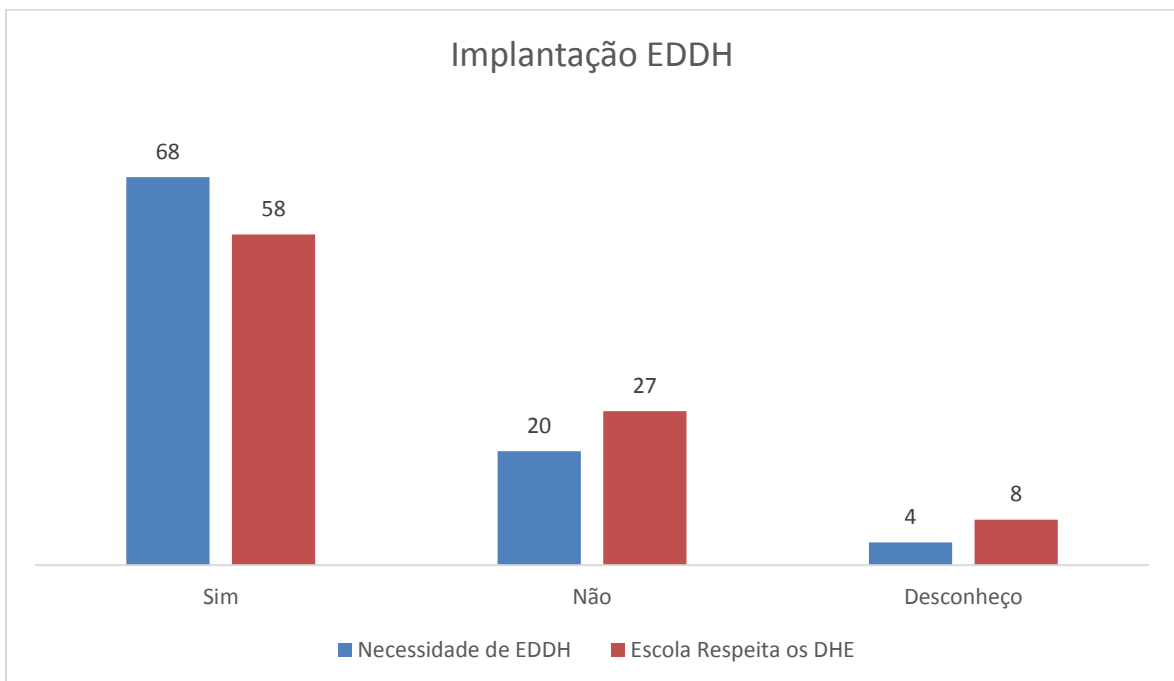
**GRAFICO – 05** - Auto declaração da Educação de Jovens e Adultos da E.M. Gabriela Leite Araújo – Sabará/MG.



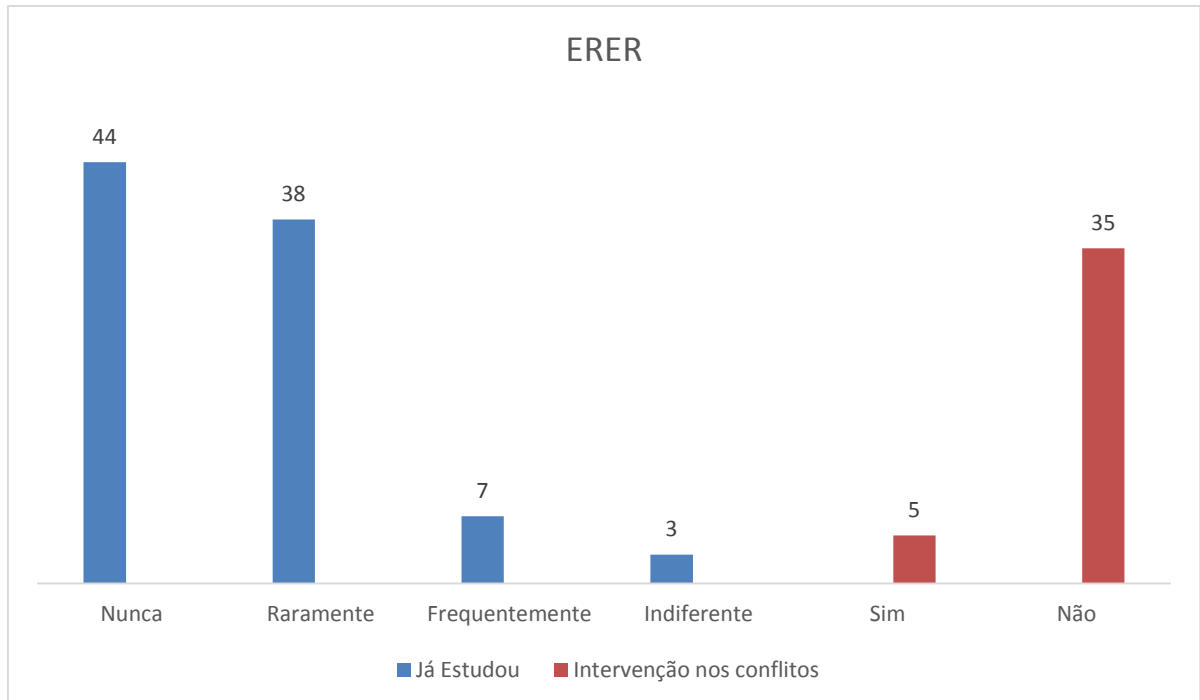
**GRAFICO – 06** Quantidade de pessoas que residem na mesma casa que os alunos da EJA da E.M. Gabriela Leite Araújo – Sabará/MG.



**GRAFICO – 07** Quais informações os alunos tinham em relação à EDDH.



**GRAFICO – 08** Necessidade de implementação da EDDH.



**GRAFICO – 09** Quais informações os alunos tinham em relação à ERER e a intervenção nos conflitos raciais ocorridos.

## 10 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa realizada pode-se perceber o desconhecimento dos alunos em relação à temática de uma Educação em Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que percebem a necessidade de implantação da mesma. São unânimes em afirmar que uma Educação em Direitos Humanos é um dos caminhos para amenizar os conflitos diários existentes no ambiente escolar na EJA que são brigas, xingamentos, discriminações e bullying.

Pensar em uma Educação para e em Direitos Humanos, também é possibilidade para evitar a constante saída de professores (desistem devido à indisciplina e agressões verbais por parte dos alunos). Os alunos reclamam porque estão constantemente sem professores, ficam sem aula. O rodízio é muito alto e dentro de 04 meses já trocaram 04 vezes de professor de Português, Matemática e

Ciências. Gera um insegurança nos alunos, um não aprendizado e o Direito à uma educação de qualidade não é respeitada.

Os alunos também tiveram pouco acesso às informações em uma Educação para as relações étnicas raciais e manifestam interesse em aprofundar no tema sejam estudados para autoconhecimento de sua história.

A pesquisa possibilitou identificara a insatisfação dos alunos com relação à qualidade dos estudos ofertados, estrutura e instalações da escola Municipal Gabriela Leite Araújo no município de Sabará/MG. Há um descontentamento com a precariedade da conservação dos banheiros, das salas de aula, falta de pintura dos prédios e refeitório. A escola não atende ao que está previsto nas orientações do MEC:

“Estado tem o dever de garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem”.(BRASIL, 1999, p.40).

A educação é um processo social que ajuda a formar cidadãos, deve-se dar a devida atenção à infraestrutura e ao espaço físico escolar uma vez que é na escola onde o aluno passará grande parte de seu tempo. O ambiente escolar possibilita ao aluno desenvolver suas atividades intelectuais, sócias e outras habilidades.

Pode-se afirmar que a estrutura física da escola Municipal Gabriela Leite Araújo não cumpre satisfatoriamente sua função na aprendizagem, pois a estrutura física descrita anteriormente está degradada, não proporciona aos alunos padrões de qualidade que lhes permitem atender suas necessidades sociais, cognitivas e motoras. O ambiente em questão não permite ainda que os alunos exerçam atividades culturais com qualidade, não há auditório na escola e o espaço do pátio é pequeno e fechado.

Ressalto um aspecto negativo e muito reforçado pelos alunos que é a situação atual e estado da quadra de esportes. A quadra é coberta, porém, não há iluminação noturna, rede de traves, rede para voley, basquete e outros jogos, se encontra em condições precárias ficando inapropriadas para o desenvolvimento de quaisquer atividades noturnas.

A EJA da E.M. Gabriela Leite Araújo é muito variável, e a idade dos alunos varia entre 15 e 60 anos para estudantes de nível fundamental II, sexto ao nono ano e 16 e 68 anos para o fundamental I, alfabetização até o 5º ano.

O gênero sexual destes alunos equivaleu-se a um número maior de mulheres.

A faixa de renda destes alunos gira em torno de 1 e 3 salários mínimos, os entrevistados na sua maioria não participam de programas de ajuda governamentais, a maioria destes alunos exercem atividades remuneradas.

Um dos principais motivos do abandono escolar foi a necessidade de trabalhar tanto no nível de alfabetização quanto no ensino fundamental do 6º ao 9º ano. O principal motivo de retornarem as escolas foi o reconhecimento da necessidade de estudo, para o mercado de trabalho, 100% dos alunos pretendem continuar os estudos.

Neste sentido, pode-se considerar que embora os alunos que frequentem a modalidade de ensino para jovens e adultos ainda sejam vistos como alunos fracassados que estão inseridos nesta modalidade de ensino por ter abandonado a escola, é necessário e indispensável que se busque conhecer quais os motivos deste abandono. Na maioria dos casos esta criança ou adolescente necessita realizar este abandono para ajudar em caso ou devido a sucessivas reprovações.

Nestes casos a baixa autoestima destes alunos é um considerável agravante. Uma vez que estes alunos retornam aos bancos escolares é necessário também que se conheçam os motivos, pois atualmente os alunos estão reconhecendo a necessidade da educação em suas vidas, e estes alunos buscam algo muito além de apenas abandonar o analfabetismo. Os alunos buscam dignidade, valorização profissional e muitos deles querem ser referência para seus filhos, tanto motivação profissional quanto pessoal.

O currículo desta modalidade de ensino deve ser específico para trabalhar como os diversos conhecimentos que estes indivíduos tem agregados em si. É necessário educá-los para que estejam preparados para seus anseios futuros. Estes alunos buscam por melhorar suas condições sociais, ingressar em um curso universitário e adquirir conhecimentos que o integrem a sociedade. Assim, torna-se imprescindível que os educadores desta modalidade de ensino repensem suas

metodologias para ensinar além do necessário para a conclusão da educação básica de ensino e adequação de idade-série.

A Educação em Direitos Humanos e para os Direitos foi o tema de duas palestras realizadas com os alunos da EJA, as palestras foram ministradas com datashow, na sala de informática e alunos agrupados de duas em duas turmas.

Após as palestras para conceituar o que é Educação em Direitos Humanos, os alunos tiveram um tempo de fala para questionamentos e depoimentos, o que foi enriquecedor e possibilitou que dúvidas fossem sanadas.

De acordo com os relatos dos alunos é notório que houve uma melhora na Educação do país, desde a oferta de vagas para a Educação Infantil até o Ensino Médio e EJA, porém, insuficiente para uma educação que os coloquem em igualdade com alunos do ensino regular e das escolas particulares.

Os alunos acreditam que se a rede municipal de Sabará aderir ao PNEDH, dentro de alguns anos haverá outro formato de escola pública. Os alunos acima de 25 anos sugerem que as classes sejam de acordo com a idade dos matriculados e grau de conhecimento e não alunos de todas as idades na mesma sala.

Foi possível perceber que durante a definição e conceituação do tema Educação em Direitos Humanos os alunos se mostraram surpresos, mas, atenta a toda explicação e participaram bastante, tanto questionando quanto refletindo sobre a escola na qual estudam. A reflexão se deu a partir do momento em que fizeram um paralelo sobre os objetivos da Educação em e para Direitos Humanos e o ambiente escolar no qual estão inseridos.

Os objetivos da Educação em e para Direitos Humanos apresentados para os alunos foram:

- ❖ Promover a socialização de uma cultura em e para direitos humanos;
- ❖ Afetar a naturalidade e normalidade das violações;
- ❖ Ter uma intervenção sistemática na formação de valores, hábitos e atitudes;
- ❖ Erradicar atitudes discriminatórias, racistas e ou homo fóbicas;
- ❖ Formar sujeitos para o reconhecimento da dignidade e para o exercício ativo da cidadania democrática;

- ❖ Promover o respeito à diversidade sociocultural exercitando e estimulando convivências e relações de solidariedade;
- ❖ Fortalecer as estratégias dos movimentos e a dimensão axiológica da ação transformadora;

Para os alunos as mudanças devem ser imediatas, todos devem ser conscientizados e aderirem às novas diretrizes, nas condutas enquanto comunidade escolar.

A Educação em Direitos Humanos e para o Direitos se dará através da implementação da mesma tanto na escola quanto no município. Há necessidade de uma política de trabalho por parte da Secretaria de Educação para a efetivação em toda rede, uma construção de conceitos e mudança prática.

Tabela 01 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se a educação ofertada pela E.M. Leite Araújo desrespeita os direitos humanos.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Sim (55,5%)	01	Infraestrutura	"janelas quebradas, falta de lâmpadas".
	01	Qualidade do ensino	"o ensino deixa a desejar"
	02	Comportamento	"porque a escola não tem domínio sobre os jovens que fazem o que querem, não respeitam os professores e idosos". "porque ninguém respeita".
	01	Outros	"A escola é horrível"
Não (44,5%)	01		"Não porque é um bom lugar para estudar";
	01		"Não, faltam professores e desrespeitam os alunos".
	01		"Não, porque ninguém resolve nada".
	01		"A escola não, o próprio aluno desrespeita os direitos humanos"

Após análise dos dados apresentados na Tabela 01, é possível observar que apesar de 44,5% acharem que a educação ofertada pela E.M. Gabriela Leite Araújo não desrespeita os direitos humanos, mas ao analisar o conteúdo das respostas com mais profundidade, observa-se que somente um sujeito (11,1%) entende que não há nenhum tipo de desrespeito, quando afirma que: “Não, porque é um bom lugar para estudar”.

E ao analisar o tipo de desrespeito cometido, pode-se observar que 44,4% entendem que o desrespeito se deve a problemas comportamentais dos alunos. Evidenciando neste caso a importância do processo de conscientização e da educação para os direitos humanos. Pois o problema de entendimento e respeito a cidadania está muito presente.

Tabela 02 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se os alunos que cursam a EJA são menos capacitados que os alunos do ensino regular.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Não (53,0%)	20	Aprendizado	“Depende do aluno”.
	10	Qualidade do ensino	“Somos todos iguais”
	15	Estudos ofertados	“Não, mas na EJA os estudos são mais rápidos”.
	12	Outros	“O ensino é o mesmo”
Sim (33,0%)	13	Turmas mistas	“Sim, pela variação de idade e por estarem juntos adultos e adolescentes”.
	8	Modalidade de Ensino	“Sim, o ensino regular é melhor”.
	5	Tempo de estudo	“Sim, tempo curto e falta de professores.
	10	Trabalho e estudo	“Sim, porque a maioria são trabalhadores”.
Não responderam (14,0%)	15		

Ao analisarmos os dados da Tabela 02, 53% dos alunos têm uma consciência de que não são menos capacitados que os alunos do ensino regular, são todos

iguais mas sinalizam que o tempo de estudo na EJA é mais corrido o que faz diferença em relação ao conteúdo/aprendizado. Mais detalhadamente 19% afirmam que o aprendizado depende do aluno, 9% acredita que a qualidade do ensino é a mesma e que são todos iguais, e para 14% o estudo ofertado “apesar de ser mais rápido” não os torna menos capazes que os alunos do ensino regular e 11% dos alunos por outros motivos afirmam que não são menos capazes.

Temos um total de 33% dos alunos que consideram o aluno da EJA menos capacitado que o aluno do ensino regular 12% ressalta que o fato das turmas serem mistas (jovens, adultos e idosos) é prejudicial porque o nível de conhecimento entre os alunos é diversificado. Por ser um modalidade de ensino semestral 5% acredita que esse fator, aliado à falta de professores os torna menos capazes porque a carga horária é menor. O trabalho aliado ao estudo é considerado por 9% dos alunos como um diferencial para os inferiorizar em relação ao ensino regular, o cansaço, o trânsito, que às vezes os impedem de chegar no horário e conseqüentemente perdem aula.

Há um percentual de 14% dos alunos que não quiseram emitir opiniões.

Outros alunos ressaltam que há diferença entre os alunos do regular para a EJA, simplesmente por ser EJA, uma modalidade de ensino pouco considerada pela própria comunidade escolar.

A da garantia de acesso, permanência e de uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente da idade/série dos alunos, pautada no direito à uma educação de qualidade e os direitos humanos na educação para favorecer processos de autoconscientização dos alunos como sujeitos de direitos, a nível pessoal e coletivo, de que uma escola de qualidade é um direito social.

Tabela 03 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se as dependências da escola Gabriela Leite Araújo são adequadas para o alunos que cursam a EJA.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Não (70,0%)	42	Infraestrutura	“janelas quebradas, falta de lâmpadas”, “falta de ventilação”, “falta de porta e trinco nos banheiros das senhoras”
	15	Segurança	“Tomadas expostas aos alunos em tempo de tomar choque”

	11	Condições de higiene	“caixa d’água descoberta”, “presença de ratos na cozinha”, “falta de bebedouros com água filtrada”.
	6	Outros	“um caos”, “ muito ruim”, “precisa de manutenção” “tudo muito emendado”, “Quebrar a escola e fazer outra”.
Sim (20,0%)	19	Agradam da escola	“A escola é boa”, Nada a reclamar”.

Após análise dos dados apresentados na Tabela 03, é possível observar que 80,0% dos alunos não acham que as dependências da E.M. Gabriela Leite Araújo são adequadas para os alunos que cursam a EJA, 45% percebem que a depredação da infraestrutura é prejudicial e citam vidros e carteiras quebradas, falta de ventilação e lâmpadas como um dos fatos mais evidentes. Outros 14% citaram a falta de segurança nas dependências da escola como evidência da falta de adequação para os estudantes. Há um percentual de 11% que sinalizaram para as condições de higiene, consideram que estão aquém das necessárias para uma escola que respeita o aluno/cidadão. Uma parcela de 7% se diversificaram nos motivos, mas sinalizam para a necessidade de mudanças, reformas e intervenções estruturais.

A Educação em Direitos humanos para tornar o aluno crítico e defensor de uma estrutura adequada para os estudos diariamente.

Tabela 04 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se é preciso humanizar a escola Gabriela Leite Araújo.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Sim (85,0%)	12	Infraestrutura	“na aparência”, “janelas quebradas, falta de lâmpadas”.
	07	Qualidade do ensino	“Sim, organizando atividades que conscientize as pessoas”,
	54	Comportamento	“Sim, para que haja mais educação”, “Sim por causa dos desrespeitos com os funcionários” “falta de respeito entre os alunos”.
	10	Outros	“A escola parece uma prisão” “Está tudo desorganizado”, “escola limpa e arrumada”

Não (15,0%)	05		“Não porque é um bom lugar para estudar”;
	07		“Não, porque ninguém resolve nada”.
	03		“A escola não, o próprio aluno desrespeita os direitos humanos”

Após análise dos dados apresentados na Tabela 04, é possível observar que 85,0% dos alunos acreditam que é necessário humanizar a E.M. Gabriela Leite Araújo. A humanização para uma mudança de comportamento foi escolhida por 55% dos alunos, as ocorrências de desrespeito entre as pessoas, seja entre alunos, funcionários e ou alunos e professores. Os desrespeitos são corriqueiros e pontuados pelos alunos: “Sim por causa dos desrespeitos com os funcionários” “falta de respeito entre os alunos”. Os alunos apontam que há uma necessidade de se humanizar a escola para se conscientizar a comunidade escolar e entorno, sendo 7% os que vêm na qualidade de ensino/conscientização. Outros 10% apontam para a necessidade de organização da gestão e pedagógica, outros na limpeza física dos prédios e espaços. A necessidade para se humanizar está na fala dos alunos quando citam que: “A escola parece uma prisão”.

Há um percentual de 15% de alunos que consideram não necessário humanizar a escola, sendo 3%: Não porque é um bom lugar para estudar”; os outros 7% decrescente em mudança: “Não, porque ninguém resolve nada” e os outros 3% que citam o aluno exclusivamente como o agente a ser transformado: “A escola não, o próprio aluno desrespeita os direitos humanos”.

Tabela 05 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados sobre o que é necessário fazer para humanizar a escola Gabriela Leite Araújo. Sugestões apresentadas.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Sugestões apresenta (44,0%)	05	Conscientização	“Promover atividades que conscientize os alunos e funcionários, fazendo com que cada um conheça seus direitos e deveres visando respeito, organização e compromisso”;
	03	Qualidade do ensino	“Que todos sejam tratados de iguais para iguais e ter o mesmo ensino”;

	03	Presença do poder público.	“Em primeiro lugar precisamos que as autoridades como o prefeito, vereadores e deputados, tomem atitudes que possam ajudar tanto os diretores como alunos”; “Cobrar do governo melhorias para a EJA”;
	18	Comportamento	“Sim. Eu acho que deveria banir os alunos que não querem nada com a vida”; “Tirar os vândalos da escola”; “Os alunos que a escola coloca terem mais juízo e respeito”;
	02	Mais qualificação dos profissionais	“Mais professores”; “Profissionais competentes”; “Melhores professores e uma educação melhor”;
	02	Segurança	“Presença da polícia na escola”; “Fiscalização na escola”;
	03	Posicionamento do gestor escolar	“Escola urbanizada”; “Organização”; “Mais autoridade por parte da direção”; “Ter mais rigor nas regras da escola”; “Um bom acompanhamento seria ótimo”;
	04	Posicionamento cidadão	“Eu, começar a respeitar e participar mais”; “Ter respeito ao próximo”; “Paz e amor”;
Não sugeriram (56,0%)	52		

Após análise dos dados apresentados na Tabela 05, temos 56% dos alunos que não quiserem apresentar sugestões de atividades para uma proposta de uma escola humanizada. Outros 44,0% se posicionaram, sendo 19% deles relacionadas à uma humanização a partir do aluno como agente transformador do espaço escolar. A conscientização de que a mudança é possível e necessária foi citada por 5,0% dos alunos, outros 3,0% citaram a capacitação dos professores, mais 3,0% acham que a gestão escolar dever ser humanizada e partir da mesma o início da mudança. Uma tomada de decisão por parte do cidadão para uma cultura dos direitos humanos na educação tem 4,0% das sugestões. A melhoria da qualidade de ensino e a segurança no espaço escolar, ambos com 2,0% cada das sugestões apresentadas.

Tabela 06 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se já sofreram algum tipo de preconceito na escola.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Sim (42,0%)	21	Discriminação racial	"Sim, cabelo duro, negra, feia e etc". "Sim. Por ser negra".
	04	Homofobia	"Me chamam de gay"; "Sim. Ser chamado de gay". "Sim. Homossexualismo".
	04	Gordo fobia	"Sim. Gorda, feia e etc". Sim. Por ser gorda, sempre me humilharam";
	05	Bullying	"Bulluiyng por parte do professor (...) e dos demais alunos da sala, só pelo motivo de os alunos homens circularem no corredor ele fala que é por minha causa"; "Bullyng. Cabeça grande"; "Grandona";
	04	Outros	"Sim. Prefiro não entrar em detalhes"; "Pelo lugar onde moro", "Pela família que tenho"
Não (58,0%)	55		"Não"

Após análise dos dados apresentados na Tabela 07, é possível observar que apenas 41,5% dos alunos que já sofreram alguma tipo de preconceito e ou discriminação no ambiente escolar da E.M. Gabriela Leite Araújo, sendo que dos 41,5%, a discriminação racial tem um percentual de 23,0%, o bullying 5,0%, a homofobia 5,0%, a gordo fobia 5,5%, e outros 4,0%. A discriminação racial lidera as reclamações manifestas através de xingamentos e apelidos recebidos pelos alunos. Há relatos de discriminação devido ao nível social, local de moradia e família à qual pertencem.

Tabela 07 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se houve algum tipo de intervenção por parte da escola quando sofreram algum tipo de preconceito na escola.

Resposta	Quantificação	Causa	Caracterização
Sim (12,%)	02	Posicionamento da escola	"Às vezes, nem sempre alguém veio a fazer algo, quando fazia, fazia pouca coisa, não resolvia

			muito”.
	01	Família	“Sim. Com minha mãe”.
	02	O próprio aluno	“Se você não impuser respeito você não será respeitado!!”; “Sim eu mesmo, se zoar o pau quebra”;
Não (88,0%)	32	Sem comentários	“Não”.
	03	Perspectiva dos alunos	“Não Razoável”. “Não, porque não resolve nada”. “Não, ninguém”.

Após análise dos dados apresentados na Tabela 09, é possível observar que apenas 12,0% dos alunos que já sofreram alguma tipo de preconceito e ou discriminação tiveram algum tipo de intervenção por parte da pela E.M. Gabriela Leite Araújo, sendo que do percentual de 12,0%. Ao analisarmos mais detalhadamente percebe-se que dentro dos 12,0%, um percentual de 5,0% das intervenções foi realizada pelo próprio aluno. Estes alunos evidenciam que fazem uso da força física para se imporem e darem um basta às manifestações de preconceito sofridas: “Sim. Com eu impondo moral contra eles e mandando fogo contra fogo”. “Sim eu mesmo, se zoar o pau quebra”. Há 2,0% de intervenções solicitadas e ou realizada pela família do aluno: “Sim. Com minha mãe”.

As ações realizadas exclusivamente pela escola são de 5,0% de acordo com os relatos e os alunos ainda não consideram uma ação eficaz: “Quando fazia, fazia pouca coisa, não resolvia muito”.

A não intervenção da escola nos conflitos raciais e ou discriminatórios ocorridos no ambiente escolar é confirmada pelos dados da tabela 08, demonstrando a importância da necessidade da educação para e em direitos humanos para garantir um espaço de aprendizado humanizado.

Tabela 08 - Análise de conteúdo das respostas de alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos, quando questionados se a situação de preconceito e ou discriminação sofrida foi resolvida.

Resposta	Quantificação	Intervenção	Caracterização
Sim (12,0%)	3	Por parte da escola	“Sim. Resolveu a base da conversa”. “Sim. Conversa”.

	2	Pelo próprio aluno	“Sim. Com eu impondo moral contra eles e mandando fogo contra fogo”. “Sim eu mesmo, se zoar o pau quebra”;
Não (88,0%)	33	Sem intervenção	“Não, até hoje nunca foi resolvido”; “Não. Porque continua a mesma coisa”.
	01	Expectativa de que haverá	“Não. Mas espero que seja”.
	01	Silêncio por parte do aluno	“Não. Porque eu burra não dizia a ninguém”.

Após análise dos dados apresentados na Tabela 09, é possível observar que apenas 12,0% dos alunos que já sofreram alguma tipo de preconceito e ou discriminação tiveram algum tipo de intervenção por parte da pela E.M. Gabriela Leite Araújo, sendo que do percentual de 12,0%. Ao analisarmos mais detalhadamente percebe-se que dentro dos 12,0%, um percentual de 5,0% das intervenções foi realizada pelo próprio aluno que considera a sua situação resolvida. Estes dois alunos evidenciam que fazem uso da força física para se imporem e darem um basta às manifestações de preconceito sofridas: “Sim. Com eu impondo moral contra eles e mandando fogo contra fogo”. “Sim eu mesmo, se zoar o pau quebra”.

E ao analisar a não intervenção observa-se um percentual de 88,0% de relatos de atitudes discriminatórias sofridas pelos alunos e que não foram resolvidas. Percebe-se a descrença dos alunos quando relatam que a situação persiste: Não, até hoje nunca foi resolvido”; Destes apenas um aluno tem expectativa de que ainda haja uma intervenção ou um posicionamento por parte da escola: “Não. Mas espero que seja”. Há também um aluno que se posiciona dizendo que sempre manteve o silêncio e acredita que seja este o motivo de que ninguém tenha realizado uma intervenção: “Não. Porque eu burra não dizia a ninguém”.

Os resultados apresentados sinalizam para uma educação em direitos humanos garantindo o direito de estar e permanecer no ambiente escolar, uma educação que não visa hierarquizar ou classificar pessoas e grupos sociais e culturais como superiores ou inferiores, mas, mostrar e valorizar a contribuição de cada indivíduo e grupo ao desenvolvimento da sociedade a partir da diferença. Uma educação para romper a cultura do silêncio e da impunidade para construir a identidade de cada aluno cidadão.

A Culminância das atividades será na última semana do mês de junho de 2015 com a exposição de uma colcha produzida pelos alunos. Os alunos se agruparam em duplas e em pedaços de tecido (retalhos) de 0,40x0,40 cm bordaram e ou pintaram frases referentes à Educação. A colcha será exposta na I feira cultural da EJA, e faremos uma visita de campo ao Circuito de Museus da Praça da Liberdade em Belo Horizonte, no mesmo horário da escola.

### **10.1 RELATO DE PEDAGOGOS E PEDAGOGAS DA E.M.GABRIELA LEITE ARAÚJO**

Taciana Brasil pedagoga do turno da noite, efetiva na escola desde agosto de 2014, coordenadora pedagógica das 09 turmas da Educação de Jovens e Adultos, sendo duas salas de alfabetização 1º ao 5º ano, e 07 turmas do 6º ao 9º ano. “Quanto à Educação em Direitos Humanos, acredito que ela seja profundamente necessária, como forma de possibilitar transformação de vida, e tornar a educação uma prática de fato libertadora.

Para que a Educação em Direitos Humanos seja eficaz, é necessário que ela vá além do teórico, considerando a realidade do aluno, sua visão de mundo e experiências de vida. Esse é, também, um grande desafio: muitas das vezes, os profissionais da educação vêm de uma origem socialmente tão diferente dos alunos, que têm dificuldade em considerar a diversidade como um elemento enriquecedor, e não como algo a ser "podado" e "limitado".

Wilson Duarte Dias Coordenador pedagógico do turno da manhã efetivo no município, trabalha na escola há 22 anos, foi diretor por 10 anos e há 12 exerce a função de coordenador pedagógico.

Camila Alves Pereira, efetiva no município, há 02 anos trabalha na escola.

Segundo o senhor Wilson a escola “por si só já é uma espaço de conflitos”. Há na escola no turno da manhã uma luta de classe que em diversos momentos é evidenciada e finalizada com ações discriminatórias entre os alunos do ponto de vista racial, de gênero e econômico.

Os pedagogos e pedagogas percebem que a violência doméstica reflete na escola. As meninas em geral são muito agredidas verbal e fisicamente. No bairro há um alto índice de violência doméstica e feminicídio. As meninas negras no momento

estão demonstrando um perfil mais agressivo, porque estão revidando as agressões sofridas. As mesmas revidam aos xingamentos e atos discriminatórios com agressões físicas e verbais relato do pedagogo.

As meninas brancas de cabelo liso e grande, “se vestem melhor”, “são mais bem arrumadas”, são mais bem tratadas pelos funcionários e nem pelos meninos, objeto de “desejo”, e atendem ao padrão que a mídia apresenta. Estas falas da pedagoga Camila ressaltam ainda que até os funcionários da escola fazem esta distinção e expressão na acolhida e aceitação dos alunos em geral.

As famílias quando são chamadas à escola para tratarem de assuntos referentes às questões sociais, demonstram um perfil de “servidão”, “aceitam o preconceito” como natural, internalizaram o preconceito sofrido. De acordo com os pedagogos não há por parte da família um posicionamento para que estas situações sejam finalizadas, esclarecidas.

As intervenções são feitas “na base da conversa”, tentando elevar a autoestima daquele que foi ‘agredido verbalmente, fisicamente e ou discriminado”, não há registros dos atendimentos nem um monitoramento para certificarem de que os conflitos cessaram ou não.

A comunidade escolar informa que a Secretaria de Educação do município não tem uma política voltada para a temática não cobra nenhuma ação das escolas na implementação do PNDHE nem da lei 10.639/03.

Questionados sobre possíveis soluções o Sr. Wilson resalta que “o pior de tudo é a negação do preconceito pela sociedade, dizer que não há preconceito racial. Se não há, para que trabalhar a questão”. E sugere a criação de um fórum municipal, com as temáticas e propostas de soluções pensadas para o município.

A pedagoga Camila Alves questiona o fato de uma cidade que escravocrata com uma população negra presente na cidade e não ter estudos, manifestações religiosas, culturais e sociais voltadas para esse público.

Quanto aos Direitos Humanos na Educação nunca ouve nenhuma ação por parte da Secretaria de Educação, na escola há um desconhecimento do mesmo, tanto pelos funcionários quanto pela direção. Não há uma política municipal para implantação dos Direitos Humanos na Educação de Sabará.

De acordo com relatos da comunidade escolar, professores e pedagogos, “no momento a Secretaria de Educação está preocupada com a “Caminhada

antidrogas”, no entanto, no espaço da escola não tem nenhuma atividade de conscientização e ou combate às drogas. No terceiro turno há diversos alunos que fazem uso de drogas (maconha, crack e cocaína), porém não contam com nenhum atendimento específico.

O coordenador Wilson fechou dizendo que fez uma parceria para a volta do Posto Policial<sup>7</sup> que funcionava nas dependências da escola. Para alguns alunos também a solução é a presença de militares para conter a violência e indisciplina tanto em sala de aula quanto na escola.

Sr. Wilson ressalta que o pior é a negação do preconceito pela sociedade. A falta do debate social. E sugere que seja realizado um fórum permanente na cidade, entre as escolas da rede municipal e outros órgãos para que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Lei 10.639/03 seja realmente implementada.

Ainda neste contexto conflituoso, a presença de drogas e a facilidade como são usadas dentro da escola, semeiam maiores problemas que muitas vezes culminam em violência e desrespeito entre os atores escolares. Apesar da dura condenação ao uso de drogas, existe uma naturalização desse fato.

No bairro não há opções de cultura lazer, o que contribui para o descontentamento e a ociosidade das pessoas, o que faz os jovens, principalmente, tornarem-se vulneráveis ao tráfico de drogas e ao roubo. O poder público deveria utilizar o espaço escolar não só como um polo de educação, mas também, um local irradiador de atividades de lazer e cultura para a comunidade, com a contratação de profissionais formados em diferentes especialidades e trabalhando de forma intersetorial com os profissionais da educação, oferecendo condições de atendimento e mapeando as necessidades da comunidade como um todo.

Um exemplo da precarização é o fato da quadra da escola não ser utilizada à noite porque não é iluminada, portanto a aula de Educação Física, é realizada em sala de aula teórica ou jogos de tabuleiro. E este espaço poderia ser realizado para a interação da comunidade com a escola com ações de cultura, lazer e educação.

---

<sup>7</sup> Posto policial da Polícia Militar – Nas dependências da escola com uma saída independente já funcionou um posto policial, com militares 24 h. O posto está desativado há 07 anos. A comunidade escolar acredita que com a presença da polícia novamente a escola ficará mais segura.

## 11 - REFERÊNCIAS

Ação Educativa/MEC. Breve histórico da educação de jovens e Adultos no Brasil. In: Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa/MEC/Unesco, 1996.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20/12/1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

CUNHA, Josafá Moreira. Especialização em Educação das Relações Étnicas raciais. Vitimização e Discriminação entre os pares no contexto escolar. Módulo V-Curitiba. UFPR,2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. In: GADOTTI, Moacir Educação de Adultos como um direito. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire.2009. (Instituto Paulo Freire série Cadernos de Formação;4)

*Escola Municipal Gabriela Leite Araújo.* Rua Minas Novas Nº Bairro Nsa. Sra. De Fátima em Sabará- MG – CEP: 34600-350- (31) 3672- 3142/3672- 2576. [emglasab@yahoo.com.br](mailto:emglasab@yahoo.com.br)

Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/coordenadora-geral: Lucia Helena Lodi, - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

GADOTTI, Moacir. *Educar para um outro mundo possível.* São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In A EJA no Brasil um pouco da história.

<http://paulofreirefae.blogspot.com.br/p/eja-no-brasil.html>.

<http://anistia.org.br>

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/magna.htm> - Acesso em 09/05/2015.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/historia.htm> - Carta das Nações Unidas – Acesso em 09/05/2015.

<http://www.escol.as/158070-em-gabriela-leite-araujo>

<http://www.iidh.ed.cr> – Acessado em 19/05/2015.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) - Constituição Federal- Acesso em 19/05/2015.

<http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo2012> - Acesso em 09/05/2015.

[http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc) Acessado em 19/05/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=xjE0wLf9Lbc> – Educação em Direitos *humanos e cidadania*, de Dalmo de Abreu Dallari (1998, p. 10-13).

LIMA, Licínio. A Europa procura um nova educação de nível superior. In: GADOTTI, Moacir Educação de Adultos como um direito. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire.2009. (Instituto Paulo Freire série Cadernos de Formação;4).

MAGENDZO, Abraham. Educação em direitos humanos. In: GADOTTI, Moacir Educação de Adultos como um direito. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire.2009. (Instituto Paulo Freire série Cadernos de Formação;4).

MALTA, Deborah Carvalho et al. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultado da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) *Ciência Saúde Coletiva*, v.15, n. supl. 2, p.3053-63, 2010.

OLWEUS,D. Bullying at school. In, CUNHA, Josafá Moreira. Especialização em Educação das Relações Étnicas raciais. Vitimização e Discriminação entre os pares no contexto escolar. Módulo V-Curitiba. UFPR,2014.

PFEIFER, Mariana; ADAMS, José Rodrigo Barth. Direitos humanos na formação inicial e continuada. In Murata, Afonso Takao. Educação em Direitos Humanos. Módulo 08. NEAD/UFPR. Curitiba. 2015. Disponível em: <<http://www.cursos.nead.ufpr/mod/resource/view.php?id=161651>>. Acesso em: 03 de jun. 2015.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy(Org.) Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.487-503.

[www.biblionline.com.br](http://www.biblionline.com.br) – Acesso em 09/05/2015.

[www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_05\\_por.doc](http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_05_por.doc) - Corte interamericana de Direitos Humanos – Acesso em 09/05/2015.

[www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinios/dallari.htm](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinios/dallari.htm) - Acesso em 09/05/2015.

[www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1789.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1789.htm) Declaração dos Direitos do Homem – Acesso em 09/05/2015.

[www.youtube.com/watch?v=OON3ECAYx7Y](http://www.youtube.com/watch?v=OON3ECAYx7Y) – Margarida Genevois.

## 12 ANEXOS



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo intitulado “\_\_\_\_\_”. Caso você participe da pesquisa, será necessário que você responda a uma entrevista, que terá duração aproximada de 30 minutos e será anotada em formulário próprio.

Sua participação é fundamental, pois ajudará a entender melhor questões Étnico-raciais.

Se você sentir qualquer desconforto emocional decorrentes dos assuntos tratados na entrevista, poderá interromper a sua participação sem nenhum tipo de prejuízo para você.

O professor Afonso Takao Murata é responsável por esta pesquisa e a estudante **Jane Moreira de Carvalho**, aluna do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos da UFPR, pesquisadora neste estudo, podem ser contratados na Rua Jaguariaíva, Nº 512, Bairro Caiobá, cidade de Matinhos/PR, ou pelo telefone (41) 3511-8320 ou (41) 9965-990, nos horários comerciais, para esclarecer quaisquer dúvidas ou informações a respeito desta pesquisa, antes durante e depois deste estudo.

Sua participação neste estudo é voluntária. Se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá solicitar de volta o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser utilizadas em atividades acadêmicas, relatórios ou publicação científica, porém isto será feito **sem a identificação dos nomes dos participantes**, que serão codificados, para que a confidencialidade seja mantida. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro e não terá nenhum tipo de despesa para a realização da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Sabará, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---



### Questionário Étnico – racial

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_

Renda Familiar:

( ) Até 1 salário mínimo ( ) 1 salário mínimo ( ) Até 2 salário mínimo ( )

Até 3 salário mínimo

( ) Até 4 salário mínimo ( ) Até 5 salário mínimo ( ) mais de 5 salário mínimo

É beneficiário de algum programa social do governo? ( ) sim ( ) não

Se sim, Qual programa? \_\_\_\_\_

Número de pessoas que moram com você? \_\_\_\_\_

Considerando sua trajetória e ambiente escolar responda às questões abaixo:

1 – Você já estudou algum assunto relacionado aos Direitos Humanos na Educação?

( ) NUNCA ( ) RARAMENTE ( ) FREQUENTEMENTE

2 – Você já estudou algum assunto relacionado às questões Étnico raciais na Educação?

( ) NUNCA ( ) RARAMENTE ( ) FREQUENTEMENTE

3 – Na sua opinião é necessário o respeito aos Direitos Humanos na Educação

( ) NÃO ( ) SIM ( ) INDIFERENTE

4 – Você tem conhecimento do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS ?

( ) NÃO ( ) SIM ( ) NUNCA OUVIU FALAR

5 – A escola na qual você estuda existe respeito aos direitos humanos do cidadão?

( ) NÃO ( ) SIM ( ) DESCONHEÇO

6 – Assinale a alternativa que identifica sua cor/raça:

PARDA  BRANCA  PRETA  INDÍGENA  ORIENTAL

7 – Sendo você da cor preta ou parda você se considera negro ?

NÃO  SIM

8 - Você já sofreu algum tipo de preconceito na escola?  NÃO

SIM

Caso  sim. Qual  ?

---

9 – Nos casos de preconceito sofridos houve alguma intervenção? Se sim, por quem?

10 – A situação de preconceito e ou discriminação foi resolvida? Se sim, como?

## Questionário Direitos Humanos

1 – Qual sua opinião sobre a educação no município de Sabará/MG.

(  ) Ótima      (  ) Boa      (  ) Razoável      (  ) Ruim

2 – Em sua opinião a oferta da E.J.A. na Escola Municipal Gabriela Leite Araújo é suficiente para a escolarização dos adultos do bairro Nsa. Sra. De Fátima e entorno?

(  ) Sim      (  ) Não      (  ) Possivelmente

3 – A escola esta em uma área de periferia, o nível de estudo apresentado garante ao aluno melhores condições sociais?

(  ) Sim      (  ) Não

4 – Você percebe a participação o Conselho municipal de educação, Conselho de Pais e Conselho Tutelar nas atividades escolares?

(  ) Sim      (  ) Não      (  ) Raramente

5 – Você conhece o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos?

(  ) Sim      (  ) Não      (  ) Nunca ouvi falar

Caso sim , qual sua atuação no município ?

6 – Você acredita que educação ofertada pela E.M. Leite Araújo desrespeita os direitos humanos na educação? Por quê

7 – Em sua opinião alunos que cursam a E.J.A. são menos capacitados que os alunos do ensino regular? Explique.

8 – As dependências da escola são adequadas? Por quê?

9 – Em sua opinião é preciso humanizar a escola? Justifique.

10 – O que é importante para fazer para termos uma educação que respeite os direitos humanos na EJA.



# BALCÃO DE DIREITOS



Morador do Bairro Fátima e Região, veja como você pode ser beneficiado:

## SERVIÇOS

- ✓ Cadastro e recadastramento do Bolsa Família
- ✓ Cadastro do Programa Banco Travessia
- ✓ Orientações do Conselho Tutelar
- ✓ Atendimento Jurídico: Pensão Alimentícia, Execução, Exoneração e Revisional de Alimentos, Investigação de Paternidade, Divórcio, Curatela, Guarda de Menor, Adoção e outros
- ✓ Atendimento do Centro de Referência da Assistência Social CRAS: Cartão para o Idoso, Passe Livre, Encaminhamentos, BPC e LOAS
- ✓ Atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, orientações e informativos
- ✓ Declaração de Isenção de CPF e Identidade
- ✓ Aferição de Pressão Arterial, Índice de Massa Corpórea- IMC, Acompanhamento do Bolsa família, pesagem e medição, Emissão do Cartão SUS, Informativo de Prevenção de Doenças
- ✓ Atendimento a Pessoa Vítima de Violência
- ✓ Credenciais para idoso e deficiente físico para estacionamento preferencial
- ✓ Coordenadoria Municipal do Idoso: Orientações e Encaminhamentos para o idoso
- ✓ Sine: Inscrição para Cursos Gratuitos Profissionalizantes, Orientações e pré-cadastro do Trabalhador para vagas de emprego
- ✓ Cadastro de artistas
- ✓ Corte de cabelo
- ✓ Oficinas

Dia: **30 de Maio de 2015**

Local: **PRAÇA DO POVO (em frente a E. M. Gabriela Leite Araújo)**

Endereço: **Rua Minas Novas, 290**

Bairro: **Fátima / Sabará**

**9hs às 16hs**

### Realização:



### Parceiros:

Secretarias: de Saúde, Esportes, Cultura, Obras, Turismo, Defesa Social, Educação, e SINE.



Rua Presidente Juscelino Kubitschek, nº 185 - Siderúrgica, Sabará/MG - CEP: 34.515-170

(31) 3674-5085 / 3671-2756 - E-mail: balcaodedireitos@gmail.com